

Termo de Parceria nº. 044/2017 celebrado entre a Secretaria de Estado de
Segurança Pública - SESP e o Instituto Elo

5º Relatório Gerencial de Resultados

Período Avaliatório

01 de Setembro de 2018 a 30 de Novembro de 2018

Data de entrega ao supervisor do Termo de Parceria: 13/12/2018

Data de entrega aos membros da Comissão de Avaliação: / /2018

1 - INTRODUÇÃO

Este documento formaliza os resultados da parceria estabelecida entre o Instituto Elo e a Secretaria de Estado de Segurança Pública de Minas Gerais (SESP) por meio da Subsecretaria de Políticas de Prevenção Social à Criminalidade (SUPEC). O Relatório Gerencial de Resultados visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Programa de Trabalho do Termo de Parceria no período de 01 de setembro a 30 de novembro de 2018, bem como verificar se os resultados pactuados para o período foram alcançados.

Em atendimento à legislação vigente, será apresentado neste relatório o comparativo entre as metas propostas e resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução.

Serão apresentados, ainda, os comprovantes de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OSCIP.

Neste período avaliatório estiveram envolvidos diretamente nas atividades do Programa de Trabalho 330 funcionários, 97 estagiários e aproximadamente 380 microempreendedores individuais. Esses colaboradores e oficinairos contribuíram para a execução de 19 indicadores e um produto. Em conjunto foram realizados mais de 48 mil atendimentos nos 4 programas de prevenção, para mais de 25 mil pessoas.

Nesse período os indicadores e as metas voltaram a ser contabilizados acumuladamente. Para os casos em que o indicador é mensurado dessa maneira, foram acumulados os dados do período em vigor com os do 4º período avaliatório, conforme descrito nas tabelas de cada indicador.

Nesse período demos início à organização da Olimpíada do Programa Fica Vivo 2018/2019 com previsão de execução entre 10 de janeiro de 2019 a 08 de fevereiro. Este evento tem estimativa de participação direta de mais de 2000 jovens em competições de diversas modalidades esportivas. Iniciamos também a execução de 93 projetos locais de prevenção com aprofundamento de demandas específicas em cada localidade onde funcionam os programas de prevenção.

Nesse contexto, foi um período de intensa intervenção e realização de atividades em todos os programas.

2 - COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 - COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática	Indicador	Valores de Referência	Peso (%)	Metas	Resultados		
		Período 01/01/2016 a 31/12/2016		5º Período Avaliatório 01/09/2018 a 30/11/2018			
1	Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	14.318	6	10.800	8.857
		1.2	Número acumulado de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	-	6	2.100	5.122
		1.3	Número acumulado de encaminhamentos do Programa Mediação de Conflitos para a rede de proteção social	2.793	5	1.200	1.488
2	Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1	Média mensal de Projetos de oficinas executados através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	-	1	500	386
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	8.714	8	10.000	9.027,67
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	-	8	76.100	61.709
3	Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - CEAPA	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	-	6	16.500	23.058
		3.2	Percentual de cumprimento de alternativas penais monitoradas pelo Programa CEAPA	88,22%	6	94%	95,11%
		3.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	-	5	1.400	1.282

Área Temática		Indicador		Valores de Referência	Peso (%)	Metas	Resultados
				Período 01/01/2016 a 31/12/2016		5º Período Avaliatório 01/09/2018 a 30/11/2018	
4	Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional - PrEsp	4.1	Número acumulado de novos egressos inscritos no Programa PrEsp	3.655	6	1.900	1.383
		4.2	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	16.819	6	11.000	7.719
		4.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	-	5	800	556
5	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	5.1	Percentual de acompanhamento <i>in loco</i> da Supervisão no interior	-	4	100%	100%
		5.2	Percentual de participação das equipes nas capacitações	99,61%	4	100%	100%
		5.3	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	-	4	15	11,22
		5.4	Percentual de composição inicial das equipes	-	4	-	-
6	Produtos e Resultados das ações de base territorial	6.1	Número de relatórios analíticos das UPCs de base local	-	-	33	59
		6.2	Número de relatórios descritivos da gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	-	6	3	3

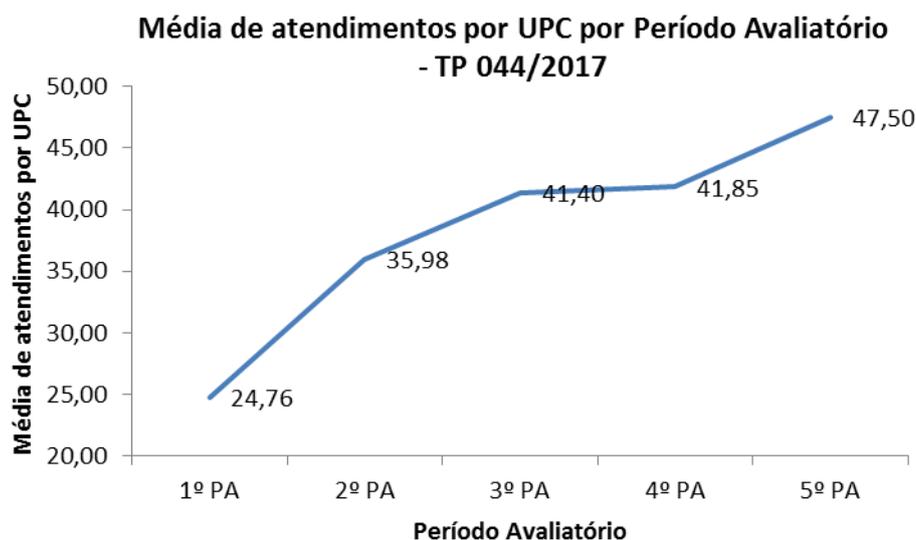
Área Temática		Indicador		Valores de Referência	Peso (%)	Metas	Resultados
				Período 01/01/2016 a 31/12/2016		5° Período Avaliatório 01/09/2018 a 30/11/2018	
7	Gestão da Parceria	7.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	91,9%	6	100%	
		7.2	Efetividade do monitoramento do Termo de Parceria	-	4	100%	

2.1 - Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos					
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos					
Meta do período avaliatório			Resultado do período avaliatório		
10.800			8.857		
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório					
<p>O Programa Mediação de Conflitos tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos ofertados nos seus 33 territórios de atuação. Este indicador visa mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC tendo em vista a concepção de mediação comunitária. Considera-se atendimento cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:</p>					
<p>a) Casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrido ou o baixo acesso a direitos.</p>					
<p>b) Casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos que dizem respeito aos interesses coletivos.</p>					
<p>c) Projetos temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração de conflitos.</p>					
<p>d) Projetos institucionais: ações que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco.</p>					
<p>e) Ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, as iniciativas isoladas não possibilitam.</p>					
<p>No 5º período avaliatório do Termo de Parceria 044/ 2017 (01/09/2018 a 30/11/2018) foram realizados acumuladamente 8.857 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 10.800 a mesma não foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.</p>					
UPC	4º PA	SETEMBRO	OUTRUBO	NOVEMBRO	TOTAL
BETHÂNIA	101	74	68	54	297
CABANA	98	32	35	45	210
CARAPINA	109	52	54	49	264
CITROLÂNDIA	127	47	64	65	303
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	125	18	32	36	211
CRISTO REI	67	15	24	29	135
JARDIM CANAÃ	84	30	56	63	233
JARDIM DAS ALTEROSAS	94	19	39	35	187
JARDIM FELICIDADE	99	40	43	37	219
JARDIM LEBLON	143	74	59	40	316
JARDIM TERESÓPOLIS	108	33	62	58	261
JUSTINÓPOLIS	111	46	51	59	267
MINAS CAIXA	182	29	42	32	285
MORRO ALTO	106	41	47	39	233
MORRO DAS PEDRAS	71	38	53	40	202
MORUMBI	159	58	60	68	345
NOVA CONTAGEM	200	56	44	46	346
OLAVO COSTA	41	23	45	29	138
PALMITAL	103	38	39	42	222
PEDREIRA PRADO LOPES	93	21	38	28	180
PRIMEIRO DE MAIO	230	79	69	63	441
PTB	112	30	62	42	246
RESSACA	95	31	37	34	197
RIBEIRO DE ABREU	142	61	59	58	320
ROSANEVES	162	68	58	44	332
SANTA LÚCIA	115	56	39	33	243
SANTOS REIS	132	43	39	38	252
SERRA	221	59	62	49	391

TAQUARIL	150	55	42	62	309
TURMALINA	131	57	66	59	313
VENEZA	122	56	48	61	287
VIA COLÉGIO	109	34	58	44	245
VILA PINHO	202	78	65	82	427
TOTAL	4.144	1.491	1.659	1.563	8.857

Ao se analisar os resultados gerais de atendimentos no PMC no período, observa-se uma tendência de consolidação do aumento da média de atendimentos do programa. No atual trimestre, em média, cada UPC realizou 47,50 atendimentos por mês. Conforme podemos observar no gráfico abaixo, essa média quase que dobrou comparativamente ao primeiro período avaliatório.

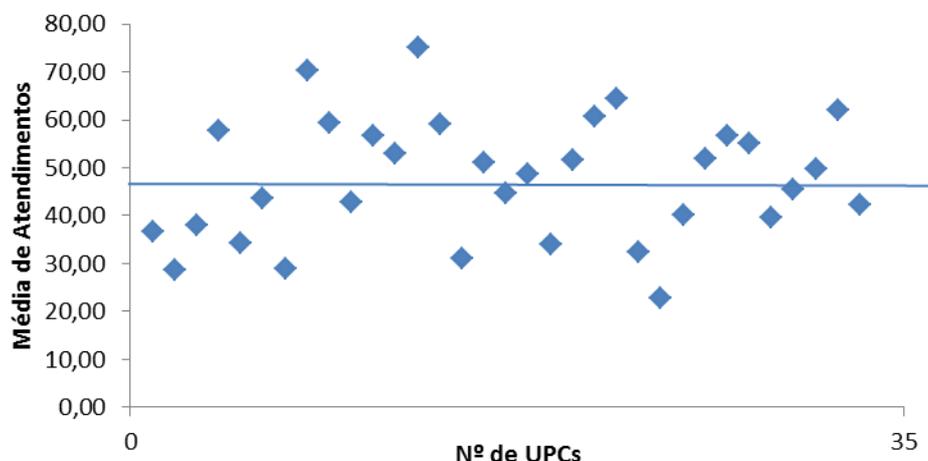


De modo geral, essa ampliação pode estar associada à progressiva capilaridade do programa nos territórios de atuação e, conseqüentemente, à posição de referencialidade que passa a ocupar junto à rede social mista, resultante também dos investimentos das equipes em atividades de campo: articulações institucionais e comunitárias, casos coletivos e projetos temáticos. Como exemplo disso, observa-se que os encaminhamentos de novos casos ao programa ocorrem majoritariamente de duas fontes diretas: pessoas anteriormente atendidas e parceiros da rede (associações de moradores, referências comunitárias, equipamentos públicos).

Especificamente com relação ao período em questão, a chegada dos estagiários para auxiliar as equipes na execução do trabalho também afetou a quantidade de atendimentos realizados, pois amplia a capacidade de trabalho de cada equipe. A ampliação da equipe permite a realização simultânea de mais de um atendimento e a sua conciliação com atividades de articulação de rede. Por tudo isso, no período observamos uma ampliação de 13% nos atendimentos comparado ao 4º PA. Apesar disso, dentro do período observamos oscilações entre os meses. Entre os meses de outubro e novembro, por exemplo, ocorreu uma variação negativa (5%) no número de atendimentos. À parte fatores relacionados à sazonalidade – início do período chuvoso, que em determinados contextos comunitários pode dificultar o acesso das pessoas atendidas à UPC – essa variação pode guardar relativa correspondência com o aumento expressivo (75%) de intervenções coletivas (ações de organização comunitária, projetos temáticos e casos coletivos) no mesmo período, refletido no número de pessoas atendidas do indicador 1.2. Essas modalidades de intervenção implicam um considerável aporte de esforço (mobilização social, circulação pelo território, reuniões preparatórias de planejamento, manejo do grupo), mas a intervenção em si – independentemente do número de participantes da comunidade – é contabilizado como apenas 1 atendimento. Sendo assim, o investimento das equipes nessas modalidades de atendimento pode ter impactado o número de atendimentos realizados nesse período.

Ao mesmo tempo observamos que a tendência de ampliação da média de atendimentos ao longo do ano não é homogênea entre todas as UPCs. O gráfico abaixo descreve a dispersão da média de atendimentos em cada UPC no período avaliatório. A linha azul na horizontal do gráfico descreve a média de atendimentos do Programa no período e cada ponto representa a média de uma UPC. Conforme podemos observar, há um conjunto significativo de UPCs com média acima e abaixo da média do programa no trimestre.

Dispersão da média de atendimentos em cada UPC no 5º PA



Alguns locais de atuação, a despeito do processo citado acima, mantiveram uma quantidade baixa de atendimentos comparativamente a média do programa. Em algumas unidades, como Pedreira Padro Lopes e Cidade Cristo Rei, esse cenário pode estar associado à dimensão reduzida do território das localidades e/ou ao maior investimento das equipes em atendimentos coletivos, embora haja um investimento considerável de tempo em uma ação coletiva (mobilização social, circulação no território, reuniões preparatórias, etc) computa-se apenas um atendimento para cada ação realizada, conforme citado anteriormente.

O PMC Cidade Cristo Rei atua em uma área de abrangência bastante reduzida se comparada com a da maioria das outras UPC's. De início, esse fator já dimensiona o público-alvo passível de ser atendido pelo programa. Para além desse fator, essa equipe tem avançado mais no campo das intervenções coletivas – inclusive na Vila Tupã, território tido até então como pouco acessível à Política de Prevenção – do que nos atendimentos individuais. Como ilustração, no mês de novembro de 2018, dos 29 atendimentos realizados 14 foram ações de organização comunitária, casos coletivos e projetos temáticos. Em virtude da forma de quantificação do indicador, as intervenções coletivas não adquirem visibilidade equivalente ao esforço da equipe em realizá-las. Como a equipe já vem sinalizando, tais intervenções têm reverberado aos poucos no acolhimento de novos casos individuais oriundos de demandas coletivas acompanhadas pelo programa.

No que se refere ao PMC Jardim das Alterosas, a equipe têm encontrado ao longo do ano dificuldades de articulação de redes sociais mistas e inserção nas dinâmicas comunitárias, o que afeta a referencialidade do programa junto ao público-alvo da política pública. A equipe aponta como dificuldade a baixa densidade das redes de solidariedade e de participação sociopolítica, associada a um histórico de práticas clientelistas por parte de agentes vinculados ao poder público, o que dificultaria o encadeamento de processos de mobilização social em torno de demandas coletivas. A despeito dessa configuração comunitária, a equipe tem começado a ampliar sua capacidade de inserção em dinâmicas coletivas de atendimento. No mês de novembro de 2018, das 28 pessoas atendidas em novas modalidades de atendimento, 12 foram acolhidas em ações de organização comunitária. É necessário incrementar junto à equipe estratégias de ampliação da capilaridade do PMC em espaços de participação já existentes na comunidade, aliadas à aproximação permanente junto a parceiros da rede social mista.

O PMC Olavo Costa apresenta um cenário bastante particular de inserção na comunidade enquanto política pública, já que a UPC foi implantado há apenas um ano. Esse aspecto é suficiente para matizarmos comparações com outras unidades quanto ao número absoluto de atendimentos. Ainda assim, essa equipe tem apresentado resultados promissores no tocante a intervenções coletivas junto à comunidade. Nos dois últimos trimestres (de junho a novembro de 2018), o número de pessoas atendidas ao menos uma vez nas modalidades coletivas foi de 102 – muitas das quais referências comunitárias relevantes em territórios variados da área de abrangência – ao passo que os atendimentos individuais contemplaram novas 30 pessoas nesse mesmo período. Por razões já expostas, esse investimento em intervenções coletivas não encontra a devida repercussão no indicador. Um dos desafios principais da equipe, além da consolidação progressiva das frentes de atuação de campo, é converter a proximidade junto a referências comunitárias em parcerias para o endereçamento de casos individuais ao PMC. Outro desafio é ampliar a entrada do programa na Vila Ideal, amplo território ainda pouquíssimo atendido pela equipe.

O PMC Pedreira Prado Lopes tem apresentado ao longo de todo o ano uma média baixa de atendimentos. Ao contrário do que vem ocorrendo com equipes mencionadas acima, essa média baixa não se deve ao investimento do PMC PPL em intervenções coletivas, ainda que no trimestre avaliativo anterior o número de pessoas atendidas em ações de organização comunitária sinalize um investimento embrionário da equipe técnica nesse tipo de atividade. A localização da UPC é apresentada como um dos principais fatores a dificultar a chegada de um número maior de casos ao programa. A Unidade se localiza em frente a um dos principais pontos varejistas de drogas ilícitas, comandado por um grupo que historicamente rivaliza com todos os demais grupos varejistas do território. Esse componente da dinâmica criminal gera restrições na circulação de pessoas no entorno da unidade, o que impactaria o número de atendimentos. Estratégias de deslocamento do lugar de atendimento para espaços comunitários ou institucionais estão sendo formuladas pela equipe técnica, gestão e supervisão, mas ainda não foram colocados em prática.

Equipes como Cabana, Morro das Pedras e Ressaca apresentam baixa estabilidade no número acumulado de atendimentos durante o ano. Nos casos de Cabana e Morro das Pedras nos chama atenção o aumento no número de atendimentos no último trimestre a partir de uma maior interação com a comunidade com investimento em ações externas que pudessem favorecer uma maior capilaridade do programa nos territórios.

O PMC Ressaca nos chama atenção para uma baixa estabilidade próxima da média mensal de 31 atendimentos. Faz-se necessária, a continuidade de investimento na compreensão da equipe sobre os territórios onde desenvolvemos as ações bem como experimentar outras formas de interação com a comunidade para favorecer um maior acesso das pessoas aos serviços oferecidos pelo programa.

O PMC Vila Cemig apresenta uma queda do número acumulado de atendimentos no trimestre com a mudança, “provisória”, do espaço de realização de algumas atividades do programa por conta da ausência de energia elétrica no CPC. Equipe apresenta alguns desafios nesse arranjo como a baixa vinculação das pessoas com o local atual de referência pra comunidade e alteração na rotina de trabalho. A baixa vinculação do público para demandar atendimentos se apresenta enquanto ponto de atenção para discussão sobre a organização do trabalho e planejamento das ações.

O PMC Minas Caixa apresenta uma queda no número de atendimentos acumulados no trimestre. O investimento em ações coletivas como a execução do Projeto Temático e encontros para intervenção em ações de organização comunitária e casos coletivos impactaram na disponibilidade de tempo da equipe para realização de atendimentos. As ações no âmbito coletivo requerem uma complexidade maior de organização e interação com os envolvidos para mobilização e participação. Nem todas as interações construídas se apresentam enquanto práticas de atendimento e conseqüentemente não influenciam no indicador número de atendimentos realizados.

No PMC Jardim Leblon, em setembro, o maior volume de atendimentos esteve associado, conforme descrição da equipe, por ampliação dos encaminhamentos da rede local e mais especificamente por ações de divulgação do programa para moradores dos prédios da PBH/Urbel e por novas aproximações com as escolas do território.

Por tudo isso, foi possível perceber que a média de atendimentos do programa têm aumentado ao longo dos períodos avaliatórios. Ao mesmo tempo, percebe-se que essa dinâmica não é uniforme entre todas as unidades, nem tampouco é possível vincular essas oscilações a elementos padrões em todos os territórios. Percebe-se também uma relação dialógica no programa entre atendimentos individuais e ações/intervenções coletivas e comunitárias. A despeito dessas últimas, não reverberarem necessariamente em volumes de atendimentos com contribuição direta para a ampliação da meta, em muitos casos, são estas intervenções que dão credibilidade, acesso, confiança e referencialidade para o programa. Isso, por outro lado, consolida o PMC com referência comunitária e pode afetar, por sua vez, na procura das pessoas pelo programa.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC encaminhado à sede administrativa da entidade parceira e posterior encaminhamento à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos**Indicador nº 1.2: Número acumulado de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
2.100	5.122

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, alinhado à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária:

- A) casos individuais: intervenções que visam atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos.
- B) casos coletivos: intervenções que visam atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, a violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos.
- C) projetos Temáticos: intervenções que visam trabalhar de forma direta e pontual as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos.
- D) projetos Institucionais: intervenções que visam intervir em níveis estratégicos potencializando fatores de proteção e/ou minimizando fatores de risco.
- E) ações de organização comunitária: intervenções que visam o fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam.

Para fins de mensuração, a pessoa atendida não poderá ser contabilizada mais de uma vez na mesma modalidade de atendimento, contudo, poderá ser contabilizada caso a modalidade seja diferente.

No 5º período avaliatório do Termo de Parceria 044/ 2017 (01/09/2018 a 30/11/2018) 5.122 pessoas foram atendidas acumuladamente pelo Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 2.100 pessoas atendidas a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC:

UPC	4º PA	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
BETHÂNIA	40	13	13	38	104
CABANA	81	17	17	25	140
CARAPINA	73	24	13	63	173
CITROLÂNDIA	72	33	32	29	166
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	58	8	21	19	106
CRISTO REI	72	10	5	20	107
JARDIM CANAÃ	43	25	18	25	111
JARDIM DAS ALTEROSAS	65	6	21	28	120
JARDIM FELICIDADE	60	20	41	47	168
JARDIM LEBLON	50	16	21	18	105
JARDIM TERESÓPOLIS	65	40	41	26	172
JUSTINÓPOLIS	48	10	46	28	132
MINAS CAIXA	109	22	37	52	220
MORRO ALTO	52	20	12	8	92
MORRO DAS PEDRAS	47	13	8	13	81
MORUMBI	45	13	12	13	83
NOVA CONTAGEM	218	120	45	34	417
OLAVO COSTA	93	9	17	13	132
PALMITAL	88	25	23	22	158
PEDREIRA PRADO LOPES	82	17	24	12	135
PRIMEIRO DE MAIO	59	38	16	47	160
PTB	41	21	25	23	110
RESSACA	57	14	17	36	124
RIBEIRO DE ABREU	52	13	85	21	171
ROSANEVES	65	29	23	22	139

SANTA LÚCIA	40	14	16	35	105
SANTOS REIS	67	21	15	39	142
SERRA	79	15	17	62	173
TAQUARIL	59	22	18	36	135
TURMALINA	92	33	9	75	209
VENEZA	43	23	19	30	115
VIA COLÉGIO	33	83	13	159	288
VILA PINHO	58	19	36	216	329
TOTAL	2.206	806	776	1.334	5.122

Neste indicador notam-se acentuadas oscilações dos valores alcançados pelas equipes, não apenas no trimestre atual, mas ao longo de todo ano. Para fins de ilustração: o PMC Ribeiro de Abreu atendeu 13 pessoas em setembro; no mês seguinte esse número chegou a 85. PMC Serra atendeu 17 pessoas em outubro e 62 em novembro, 265 % de aumento; PMC Vila Pinho atendeu 36 pessoas em outubro e 296 em novembro, 500% a mais. Já o PMC Via Colégio atendeu 83 pessoas em setembro, quantidade bastante superior a do mês seguinte (13). Em novembro de 2018 essa mesma equipe atendeu 159 pessoas; 1490% de oscilação positiva. Outras equipes como Ressaca, Carapina, Turmalina e Primeiro de Maio também apresentaram aumento significativo no número acumulado de pessoas atendidas. Essas aparentes discrepâncias estão associadas principalmente a dois fatores gerais e correlatos: a estrutura do indicador e ao investimento variável das equipes em práticas de atendimentos coletivos. O indicador registra apenas as pessoas atendidas pela primeira vez em uma determinada modalidade de atendimento. Isso significa que se uma mesma pessoa é atendida em modalidade de atendimento similar em meses distintos, ela será contabilizada apenas quando do seu primeiro atendimento. Como muitos atendimentos do programa têm variados retornos, mesmo nos casos de orientação, os atendimentos são contabilizados, mas as pessoas não são computadas no seu retorno. Ao mesmo tempo, nos meses em que as equipes dão início a intervenções coletivas junto à comunidade, o número de pessoas atendidas aumenta de maneira impactante, pois em uma ação coletiva, pode-se atender mais de 100 pessoas a depender da modalidade. Contudo, nos meses seguintes – ainda que a equipe continue atendendo o mesmo número absoluto de pessoas nessas intervenções – a quantidade de atendidos registrada pelo indicador tende a diminuir, pois os processos de renovação do quadro de participantes nessas atividades são extremamente complexos e demorados. Importante ressaltar, o aumento significativo do indicador no período de análise em comparação ao período anterior. O investimento do PMC e das equipes em estratégias que favoreçam oferecer outras ferramentas para atender o público em diversas práticas tem contribuído para o aumento das intervenções no âmbito coletivo e conseqüentemente no número acumulado de pessoas atendidas.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC encaminhado à sede administrativa da entidade parceira e posterior encaminhamento à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos**Indicador nº 1.3: Número acumulado de encaminhamentos do Programa Mediação de Conflitos para a rede de proteção social**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
1.200	1.488

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O Programa Mediação de Conflitos possui como um dos seus objetivos específicos favorecer o acesso a direitos do público atendido. Esse indicador visa mensurar o empenho empreendido pelo PMC na construção de meios que concretizem o acesso a direitos do seu público. Para mensurá-lo, será contabilizado o número acumulado de encaminhamentos para a rede parceira, nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos, realizados pelo Programa. Os encaminhamentos ocorrem quando a demanda apresentada pelo atendido necessita também ser direcionada para outros serviços públicos (entidades e instituições locais, municipais, estaduais ou federais - públicas ou privadas, que ofertam serviços de proteção social. Além disso, o indicador visa quantificar a construção de outras respostas para as questões divididas pelos atendidos com o programa e a efetiva articulação com rede de proteção social no atendimento integral dos sujeitos em suas diversas vulnerabilidades. Salientamos que, todas as práticas de atendimento procuram trabalhar a dificuldade de acesso a direitos, a sociabilidade violenta e o baixo capital social.

No 5º período avaliatório do Termo de Parceria 044/2017 (01/09/2018 a 30/11/2018) foram realizados pelo Programa Mediação de Conflitos acumuladamente 1.488 encaminhamentos para a rede parceira. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório é de 1.200 encaminhamentos a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de encaminhamentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC:

UPC	4º PA	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
BETHÂNIA	13	17	15	8	53
CABANA	24	10	10	9	53
CARAPINA	8	0	6	1	15
CITROLÂNDIA	32	10	22	11	75
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	7	1	2	3	13
CRISTO REI	18	8	5	3	34
JARDIM CANAÃ	19	3	10	8	40
JARDIM DAS ALTEROSAS	18	4	10	4	36
JARDIM FELICIDADE	25	7	9	9	50
JARDIM LEBLON	26	6	14	6	52
JARDIM TERESÓPOLIS	25	4	13	13	55
JUSTINÓPOLIS	12	4	3	3	22
MINAS CAIXA	31	8	4	5	48
MORRO ALTO	1	2	2	1	6
MORRO DAS PEDRAS	2	3	6	0	11
MORUMBI	39	16	17	9	81
NOVA CONTAGEM	36	10	11	9	66
OLAVO COSTA	4	3	5	1	13
PALMITAL	28	16	13	12	69
PEDREIRA PRADO LOPES	23	6	3	2	34
PRIMEIRO DE MAIO	24	9	11	11	55
PTB	11	1	8	5	25
RESSACA	24	1	6	8	39
RIBEIRO DE ABREU	28	9	19	10	66
ROSANEVES	17	9	13	6	45
SANTA LÚCIA	27	15	9	4	55
SANTOS REIS	19	5	6	4	34
SERRA	47	12	15	9	83
TAQUARIL	32	12	15	4	63
TURMALINA	18	10	7	6	41
VENEZA	25	5	8	0	38
VIA COLÉGIO	16	5	8	5	34
VILA PINHO	41	22	13	8	84
TOTAL	720	253	318	197	1.488

Conforme descrito no 4º RGR, em relação ao indicador de encaminhamento é essencial enfatizarmos que além do acesso a direitos formais, o PMC visa intervir em diversos outros aspectos junto aos atendidos como: método consensual de solução de conflitos, ciclos de violência e sua superação, possibilitando o reposicionamento das pessoas frente à situação vivenciada, organização comunitária como potência para resolução dos desafios existentes na comunidade, etc.

Percebemos de maneira genérica uma relativa correlação entre a variação desses valores e o volume de atendimentos individuais com orientação para acesso a direitos realizados pelas equipes. Desse modo, as observações feitas mais acima sobre o primeiro indicador contribuem à compreensão das oscilações desse indicador. Um ponto de atenção seria reforçar o alinhamento metodológico junto às equipes a respeito do registro dos encaminhamentos no relatório quantitativo, a fim de que não apenas aqueles realizados via ofício sejam computadas, essas orientações já foram dadas e são acompanhadas pela gestão e supervisão metodológica.

Equipes como Morro das Pedras, Veneza e Carapina ao avaliarmos os encaminhamentos observamos que não foram registrados alguns casos de encaminhamento para a rede de proteção social, correção que foi feita. O PMC Morro Alto apresenta baixa estabilidade no número de encaminhamentos para rede de proteção durante o período o ano. . Dificuldades de interlocução com aos serviços bem como algumas especificidades do próprio território e do município com a baixa oferta de possibilidade para encaminhamentos podem ser apresentados como fatores que contribuem para esse cenário.

Além dos encaminhamentos em si, a ações realizadas pelo programa no sentido da articulação da rede de proteção social, para além do registro de encaminhamentos também precisam ser registradas como discussão de casos, construção em rede de estratégias de enfrentamento à violência, ações de sensibilização/mobilização/participação dos parceiros em torno das temáticas da segurança cidadã e mediação comunitária. Isso será realizado nas modificações propostas para este indicador no Contrato de Gestão.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC encaminhado à sede administrativa da entidade parceira e posterior encaminhamento à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.1: Média mensal de Projetos de oficinas executados através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
500	386

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa, adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local. Elas são realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPCs que são chamados de “oficineiros”, e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens, anterior à chegada ao Programa e que se vinculam a Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens.

As propostas de oficinas são selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local e especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa. A realização de cada oficina dá-se, no mínimo, em 02 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto.

Este indicador visa mensurar a média mensal de execução de Projetos de Oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número de projetos de oficinas executados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.

No 5º período avaliatório foram realizadas em média 386 projetos de oficinas por mês (total dividido por três meses correspondente ao período). Considerando que a meta prevista para o período avaliatório é de 500 oficinas executadas a mesma não foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de projetos em execução em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC:

UPC	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	Média de Projetos no Período
BETHÂNIA	13	13	13	13,00
CABANA	18	17	17	17,33
CARAPINA	7	5	6	6,00
CITROLÂNDIA	14	14	14	14,00
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	10	10	11	10,33
CRISTO REI	9	9	10	9,33
JARDIM CANAÃ	8	8	8	8,00
JARDIM DAS ALTEROSAS	9	9	8	8,67
JARDIM FELICIDADE	15	15	15	15,00
JARDIM LEBLON	9	9	9	9,00
JARDIM TERESÓPOLIS	16	16	16	16,00
JUSTINÓPOLIS	10	10	11	10,33
MINAS CAIXA	10	9	9	9,33
MORRO ALTO	11	11	11	11,00
MORRO DAS PEDRAS	13	13	13	13,00
MORUMBI	5	5	4	4,67
NOVA CONTAGEM	20	19	18	19,00
OLAVO COSTA	4	5	7	5,33
PALMITAL	17	18	18	17,67
PEDREIRA PRADO LOPES	12	12	11	11,67
PRIMEIRO DE MAIO	9	9	8	8,67
PTB	10	10	10	10,00
RESSACA	8	8	8	8,00
RIBEIRO DE ABREU	19	19	19	19,00
ROSANEVES	8	8	9	8,33
SANTA LÚCIA	9	9	9	9,00
SANTOS REIS	17	17	17	17,00
SERRA	17	17	17	17,00
TAQUARIL	16	15	15	15,33
TURMALINA	9	9	9	9,00
VENEZA	13	14	14	13,67
VIA COLÉGIO	10	10	11	10,33
VILA PINHO	12	13	11	12,00
TOTAL	387	385	386	386,00

O Programa se encontra com um número de oficinas abaixo do pactuado para o período avaliativo vigente. Entretanto, é importante ressaltar que até o mês de agosto devido ao cenário financeiro se restringiu a implantação de novos projetos de oficinas tendo em vista tanto a quantidade de recursos disponíveis diretamente para a implantação de projetos quanto a limitação de contratação do quadro completo de profissionais responsáveis pela seleção, avaliação, implantação e acompanhamento dos projetos.

Junto a isso elencamos alguns elementos de ordem estrutural, técnica/metodológica e fatores internos e externos que têm afetado a não consecução das metas:

- Repactuação do número de oficinas a serem implantadas: com a restrição do número de oficinas ao limite orçamentário foi definido um número máximo de projetos a serem implantados em cada UPC no início do ano. Essa pactuação teve como referência elementos técnicos com o tamanho do território, o histórico de demanda da região, a dinâmica criminal, etc. Com a ampliação do limite de recursos para oficinas houve uma repactuação desses valores para cada unidade com a respectiva possibilidade de recebimento de novos projetos para implantação. Nesse período avaliatório foram implantados 24 novos projetos de oficina, tendo sido desligados 20, após um processo de avaliação contínuo por parte das equipes técnicas, uma vez que não atendiam à metodologia do Programa. Ademais, outros 6 projetos foram suspensos durante esse período, também por adequações metodológicas, configurando, portanto, um saldo negativo de 2 projetos.
- Orientação das supervisões metodológicas visando qualificar as oficinas em execução de acordo com a metodologia do Programa;
- Investimento em outros modos de atendimento que não fossem exclusivamente via oficinas (atendimento individual, projetos locais e de circulação, jovens multiplicadores);

Somados a esses, identifica-se um fator estrutural que dificulta a implantação de novas oficinas, o número reduzido de equipes técnicas, que possuem como função, para além do monitoramento e avaliação das oficinas, a articulação da rede de proteção social, os atendimentos individuais, a análise da dinâmica criminal, a execução de projetos locais e de circulação, as ações direcionadas à realização das Olimpíadas do Fica Vivo!, entre outras.

Destacamos ainda fatores externos que dificultaram maior número de oficinas implantadas no período:

- Percebemos que a oferta de vagas para a atuação como oficinairo/educador em outros programas tem interferido no interesse de pessoas da comunidade em atuar como oficinairos do Programa Fica Vivo! Além disso, após sucessivas paralisações é possível perceber como efeito um distanciamento de agentes da comunidade do Programa, nos fazendo considerar este como um fator relevante para o baixo número de projetos de oficina apresentados.
- O último trimestre do ano apresenta desafios na implantação por ser um período que abrange férias escolares, recessos, maior período chuvoso, férias em espaços tidos como parceiros para execução de oficinas, como escolas, creches, entre outros;

Fatores internos que dificultaram maior número de oficinas implantadas no período:

- Necessidade de uma maior qualificação do trabalho já desenvolvido junto aos oficinairos(as);
- Necessidade de fortalecimento dos chamamentos públicos de oficinairos(as);
- Investimento das equipes técnicas nas relações comunitárias, haja vista a fragilidade dos vínculos dos agentes da comunidade com o Programa, visando potencializar o surgimento de novos sujeitos como oficinairos para o Programa Fica Vivo!., Esse fator demanda muito tempo e esforço de equipes técnicas que encontram-se reduzidas e com muitas atividades a serem desenvolvidas.

A supervisão metodológica do Programa Fica Vivo! sinaliza que mesmo diante de todos os atravessamentos citados, a implantação de oficinas tem sido pauta prioritária desses profissionais nos encontros com as equipes técnicas, embora a qualidade técnica e metodológica das oficinas segue sendo pautada com estrito rigor, prezando sempre, o respeito ao público atendido pela política.

A despeito desse processo, algumas UPCs precisam de mais intervenções diretas, abaixo apresentamos uma discussão para cada uma delas com possíveis ações que estão sendo desenvolvidas na tentativa de ampliar a implantação de novos projetos.

Turmalina: o indicador Nº Mensal de Projetos de oficinas mantém-se constante nesse trimestre, bem como se manteve no trimestre passado, o que pode estar relacionado à redução no número de projetos recebidos na UPC associada à baixa vinculação e expressão do Programa na comunidade. Ademais, a perspectiva de investimento em jovens multiplicadores para implantação de oficinas ainda se apresenta como vislumbre para a equipe, não realidade.

Carapina: A redução do Nº mensal de Projetos de Oficinas no bimestre, conseqüentemente afetou de forma significativa os outros indicadores. Percebe-se que o Programa Fica Vivo! no Carapina precisa avançar na aproximação da juventude e comunidade para leitura de demandas e visibilidade, uma vez que as outras formas de atendimento do Programa, para além das oficinas também encontram-se precárias.

Plano de ação: modernização dos chamamentos públicos para que sejam mais atrativos. É imprescindível a intensificação do acompanhamento da supervisão metodológica, visto que essas equipes avançam ao perceberem proximidade da figura da supervisora e demonstram interesse nas construções em conjunto.

Morumbi (Uberlândia): esta unidade apresenta um baixo nº de projetos em execução desde o início do ano. O Fica Vivo! no Morumbi estendeu o processo de não implantação de oficinas, tendo as primeiras oficinas implantadas em Fevereiro. No período em questão, o número de projetos executados não se alterou, permanecendo 5 oficinas implantadas num teto de 10. Sobre os fatores que podem estar relacionados a esse complexo cenário se destacam: um baixo vínculo do programa com a comunidade, explicitada pela análise não qualificada das dinâmicas sociais das violências e criminalidades dos territórios que fazem parte da área de abrangência da UPC; dificuldade de articulação entre metodologia e prática; dificuldade de investimento em outras formas de atendimento do Programa: atendimentos individuais, distanciamento do Programa com a rede sociocomunitária, com atores da rede formal e informal; dificuldades nos manejos com a equipe de oficinairos, dificultando construções de ações e parcerias.

Plano de ação: modernização dos chamamentos públicos para que sejam mais atrativos; acompanhamento sistemático da equipe pela supervisão metodológica; realização de capacitações que enfatizem temáticas específicas, tais como: relação analista-oficineiros; articulação comunitária; juventude e enlace com a criminalidade; entre outras.

Morro das Pedras: baixo quantidade de projetos com relação ao teto previsto (13 para um teto de 22) Elementos que podem afetar a implantação dos projetos: dimensão territorial, área de abrangência, muito extensa, dificultando a proximidade dos territórios e grupos comunitários; equipe incompleta (até o mês anterior a equipe contava com duas analistas sociais);. Vale mencionar que a equipe encontra-se num tempo de reestruturação do grupo de oficinairos pautada na metodologia do Programa Fica Vivo!, buscando avanços para o Programa na localidade. Diante disso, várias oficinas realizadas em termos de parceria anteriores não foram implantadas e outras encontram-se em processo de avaliação.

Plano de ação: modernização dos chamamentos públicos para que sejam mais atrativos, objetivando inovação na equipe de oficinairos e consequentemente, nas ações do Programa. Continuar acompanhamento mais próximo da supervisão metodológica.

Taquaril: dimensão territorial (área de abrangência muito extensa). Reestruturação do grupo de oficinairos pautada na metodologia do Programa Fica Vivo!. Maior investimento no vínculo entre equipe técnica e oficinairos.

Plano de ação: modernização dos chamamentos públicos para que sejam mais atrativos, objetivando inovação na equipe de oficinairos e consequentemente, nas ações do Programa. Elaboração de ações para maior aproximação entre oficinairos, equipe técnica e comunidade. Continuar acompanhamento mais próximo da supervisão metodológica.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC encaminhado à sede administrativa da entidade parceira e posterior encaminhamento à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
10.000	9.027,67

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

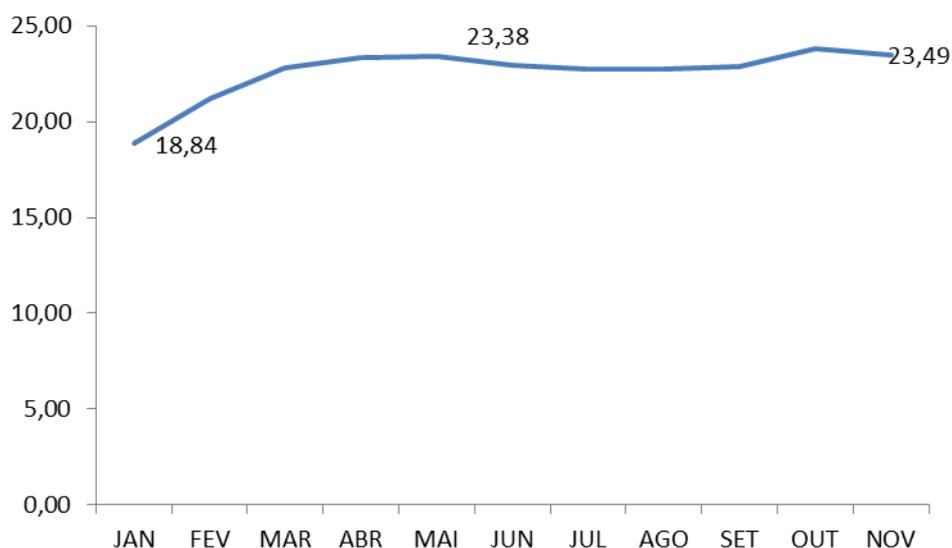
As oficinas do Programa Fica Vivo!, a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas, possibilitam o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos. Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina nos meses do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.

No 5º período avaliatório participaram das oficinas mensalmente, em média, 9.027,67 jovens. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório é de 10.000 jovens a mesma não foi alcançada plenamente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade e média de jovens participantes em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC:

UPC	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	MÉDIA DO PERÍODO
BETHÂNIA	312	312	296	306,67
CABANA	395	387	376	386,00
CARAPINA	183	150	188	173,67
CITROLÂNDIA	330	355	359	348,00
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	186	215	204	201,67
CRISTO REI	205	207	200	204,00
JARDIM CANAÃ	138	149	154	147,00
JARDIM DAS ALTEROSAS	330	352	365	349,00
JARDIM FELICIDADE	353	355	314	340,67
JARDIM LEBLON	232	221	213	222,00
JARDIM TERESÓPOLIS	347	362	335	348,00
JUSTINÓPOLIS	267	271	271	269,67
MINAS CAIXA	236	239	233	236,00
MORRO ALTO	412	404	390	402,00
MORRO DAS PEDRAS	276	296	287	286,33
MORUMBI	152	172	154	159,33
NOVA CONTAGEM	448	460	463	457,00
OLAVO COSTA	70	81	115	88,67
PALMITAL	447	478	473	466,00
PEDREIRA PRADO LOPES	249	283	274	268,67
PRIMEIRO DE MAIO	230	236	211	225,67
PTB	219	230	233	227,33
RESSACA	114	107	112	111,00
RIBEIRO DE ABREU	366	403	388	385,67
ROSANEVES	153	149	174	158,67
SANTA LÚCIA	124	132	132	129,33
SANTOS REIS	400	411	412	407,67
SERRA	286	298	320	301,33
TAQUARIL	326	337	327	330,00
TURMALINA	212	213	212	212,33
VENEZA	253	292	296	280,33
VIA COLÉGIO	313	302	327	314,00
VILA PINHO	287	307	258	284,00
TOTAL	8.851	9.166	9.066	9.027,67

Os resultados desse indicador estão diretamente relacionados à quantidade de projetos de oficinas em execução no Programa. Sua meta guarda correspondência direta com a meta de projetos de oficinas. Conforme podemos observar pelo gráfico abaixo, há certa estabilidade da média de jovens participantes de oficinas desde maio de 2018. Essa média está acima dos 20 jovens de referência para cada projeto.

Média de Jovens participantes em oficinas no Programa Fica Vivo – Janeiro a Agosto de 2018



Assim, o aumento da quantidade de jovens no programa se dá em função da ampliação da quantidade de projetos em execução. Como nesse período, no balanço entre novas implantações e desligamentos de projetos de oficinas não houve saldo positivo de novos projetos, a quantidade de jovens no programa também não se ampliou significativamente.

Na discussão das especificidades dos números de cada UPC, as variações podem estar relacionadas a elementos gerenciais tal como o desligamento ou implantação de uma oficina bem como a elementos de dinâmica criminal que afetam a circulação de jovens nos espaços das oficinas. Nesse período, observamos poucas oscilações substantivas na quantidade de jovens participantes em cada UPC. Outro elemento que merece destaque nessa discussão está associado à distribuição das oficinas por modalidade dentro de cada UPC. Locais que têm a mesma quantidade de projetos em execução podem ter números diferentes de jovens se as modalidades entre eles foram distintas. Locais com mais projetos em modalidades esportivas coletivas como futebol tende a ter mais jovens em suas atividades do que aqueles que concentram suas oficinas em modalidades de arte e cultura, por exemplo. Como a distribuição das modalidades seguem demandas locais, não é possível comparar os locais entre si. Assim, as discussões aqui acerca do aumento ou diminuição dos jovens em oficinas sofrem reflexo também dos elementos apresentados no indicador 2.1, pois locais com baixa capacidade de associação e entendimento das demandas comunitárias tendem a ter menor adesão dos jovens aos seus projetos de oficinas e, portanto, menos jovens em cada oficina.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC encaminhado à sede administrativa da entidade parceira e posterior encaminhamento à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
76.100	61.709

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público nas seguintes modalidades:

- A) Atendimentos individuais: são realizados pelos Analistas Sociais e se destinam ao seu público foco, ou seja, a adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPC. Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre aspectos sociais e subjetivos.
- B) Atendimentos Coletivos:
- Projetos de oficinas: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Local. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes em todas as oficinas no período avaliatório.
 - Projetos Locais: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos jovens. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Locais no período avaliatório.
 - Projetos de Circulação: se configuram como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais, por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos de Circulação no período avaliatório.
 - Projetos Institucionais: são projetos que se configuram por ser uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OSCIP. Para esta modalidade, será contabilizado o número de participantes nos Projetos Institucionais no período avaliatório.

Este indicador é calculado pelo somatório de todas as modalidades (individual e coletivas) definidas acima, no ano corrente. No 5º período avaliatório do Termo de Parceria 044/ 2017 (01/09/2018 a 30/11/2018) foram realizados acumuladamente, 61.709 atendimentos no Programa. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório é de 76.100 a mesma não foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC:

UPC	4º PA	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
BETHÂNIA	1024	347	343	689	2403
CABANA	1213	411	411	391	2426
CARAPINA	599	205	155	192	1151
CITROLÂNDIA	1144	347	419	430	2340
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	701	215	235	233	1384
CRISTO REI	780	279	270	273	1602
JARDIM CANAÃ	492	167	174	207	1040
JARDIM DAS ALTEROSAS	1059	336	371	369	2135
JARDIM FELICIDADE	1108	378	376	330	2192
JARDIM LEBLON	729	255	319	233	1536
JARDIM TERESÓPOLIS	1141	377	383	368	2269
JUSTINÓPOLIS	970	308	277	282	1837
MINAS CAIXA	803	263	291	252	1609
MORRO ALTO	1241	421	411	397	2470
MORRO DAS PEDRAS	922	290	306	289	1807
MORUMBI	533	164	177	170	1044
NOVA CONTAGEM	1445	491	502	572	3010
OLAVO COSTA	7	74	97	131	309
PALMITAL	1429	469	509	681	3088
PEDREIRA PRADO LOPES	859	270	305	292	1726

PRIMEIRO DE MAIO	759	254	263	388	1664
PTB	604	256	252	269	1381
RESSACA	460	140	140	132	872
RIBEIRO DE ABREU	1234	384	479	443	2540
ROSANEVES	502	168	169	194	1033
SANTA LÚCIA	580	176	189	181	1126
SANTOS REIS	1650	632	636	591	3509
SERRA	966	365	317	357	2005
TAQUARIL	1043	354	350	336	2083
TURMALINA	991	340	357	386	2074
VENEZA	934	269	313	314	1830
VIA COLÉGIO	1023	351	334	379	2087
VILA PINHO	850	298	339	640	2127
TOTAL	29.795	10.054	10.469	11.391	61.709

Conforme descrito nos períodos anteriores, o número de atendimentos do programa contempla um conjunto substantivo de modalidades de intervenções e estratégias de atenção os jovens. Entretanto, em termos quantitativos, a que concentra a maior parte dos atendimentos se refere aos atendimentos de oficinas. Assim, a mesma discussão estabelecida no indicador 2.1 pode ser aplicada aqui.

Apesar disso, no período em questão é importante destacar que os atendimentos em projetos locais e de circulação, em novembro, correspondeu a 11% do total de atendimentos realizados no programa. O que corresponde também a uma ampliação de quase 10% do total de atendimentos comparado com outubro. Nesse período, foram iniciadas as atividades de projetos locais de prevenção com a destinação de R\$ 1500,00 para cada UPC desenvolver projetos em sua respectiva localidade. Como estes projetos têm desdobramentos também para o mês de dezembro, projeta-se este mesmo aumento nos atendimentos nos próximos meses, a despeito do início do período de férias no qual há um esvaziamento natural das oficinas.

Além de todas as discussões apresentadas nos indicadores 2.1 e 2.2, identificamos UPCs com prioridade de intervenção no que se refere a ampliação dos números apresentados. As seguintes unidades, elencadas em ordem de prioridade, contarão com intervenções da supervisão metodológica.

Centro de prevenção	Percentual de projetos em execução
Morro das Pedras/Belo Horizonte	63,6%
Morumbi/Uberlândia	59,1%
Carapina/ Gov. Valadares	41,7%
Turmalina/ Gov. Valadares	69,2%
Taquaril/Belo Horizonte	68,2%

Os critérios para a definição de equipes necessitantes de intervenção por parte da supervisão metodológica ultrapassaram especificações objetivas envolvidas no quantitativo/metabol, uma vez que se apresenta como essencial a consideração dos diversos e complexos cenários de trabalho que antecipam as efetivas implantações de oficinas, tais como: vinculação comunitária, circulação territorial para acolhimento das demandas da juventude, articulação de rede, contato com referências comunitárias, divulgação de chamamento público, entre outros.

Conforme citado mais acima, os projetos de circulação e locais tiveram um peso substantivo nos atendimentos nesse período. Abaixo segue uma descrição sucinta de alguns deles:

UPC: Cabana

Tipo de Projeto: Ações de Participação Social (Conferências, audiências e conselhos)

Resumo: 13/09/2018 CONFERENCIA LIVRE DA JUVENTUDE NA VILA EMBAÚBAS – Tema: “Segurança Pública e Letalidade Juvenil”, em que foi possível debater sobre os principais problemas relacionados à Segurança Pública.

18/09/2018 PRÉ-CONFERENCIA DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE/ REGIONAL OESTE – Um grupo de jovens atendidos pelo Fica Vivo! participou do encontro realizando uma apresentação e debatendo propostas para pensar a participação social das crianças e adolescentes. Na ocasião, os jovens expressaram que espaços como o FOCA (Fórum da Criança e do Adolescente) eram espaços importantes e ricos para participação social.

25/09/2018 – CONFERENCIA LIVRE DA JUVENTUDE UPC CABANA – Neste encontro contamos com a presença de jovens da oficina de cabeleireiro do Nova Cintra. O tema foi: Segurança Pública Cidadã.

UPC: Cristo Rei

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto: Desfile 7 de Setembro – Dia da Independência do Brasil: A equipe de Analistas juntamente com os jovens das oficinas de artesanato e fanfarra participaram do desfile a fim de promover a circulação dos jovens e favorecer uma manifestação artística e cultural, como também, múltiplos olhares sobre a cidade e eventos que ocorrem na mesma.

UPC: Cristo Rei

Tipo de Projeto: Ações de Participação Social (Conferências, audiências e conselhos)

Resumo do Projeto: Pré- Conferência Municipal - A equipe de Analistas juntamente com os jovens das oficinas de artesanato e dança participaram da pré-conferência possibilitando a participação social dos jovens e um espaço de diálogo no que se refere a violência e

criminalidade do território em que residem.

UPC: Alterosas

Tipo de Projeto: Ações de Participação Social (Conferências, audiências e conselhos)

Resumo do Projeto: 9ª Conferência da Criança e adolescente

No dia 28/09 cinco jovens da Oficina de Percussão/Capoeira juntamente com Oficineiro Analistas sociais, Gestão Social e outros jovens e trabalhadores do programa Fica Vivo! de outras Unidades de Prevenção a Criminalidade participaram da IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Betim, que aconteceu no Clube Atlético Rodoviário, localizado mais ao centro do município.

UPC: Jardim Canaã

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto: O OFICINEIRO DE HIP HOP LEVOU 5 JOVENS EM UM FESTIVAL DE DANÇAS URBANAS/MOSTRA E COMPETIÇÃO DE DANÇAS URBANAS. ELES FORAM PARA ASSISTIR ESSE FESTIVAL NO TEATRO MUNICIPAL DA CIDADE, LUGAR POUCO ACESSADO POR ESSE PUBLICO.

UPC: Jardim Felicidade

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto: No dia 14 de setembro de 2018 aconteceu a pré-conferência da Criança e do Adolescente da Região Norte. Três adolescentes atendidos nas oficinas de Esportes e Socialização e Muay Thai participaram da Ação de Participação Social.

UPC: Jardim Leblon

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto: No dia 16/09, aconteceu na Praça nova da Pampulha, a realização do Grafitti em tela da oficina do Fica Vivo! em parceria com a Polícia Rodoviária Federal. Os jovens da oficina ficaram bastante envolvidos e motivados na realização desse projeto, criaram o desenho que foi desenvolvido junto com o oficineiro.

UPC: Jardim Leblon

Tipo de Projeto: Ações de Participação Social (Conferências, audiências e conselhos)

Resumo do Projeto: Pré conferência da Criança e do adolescente: Regional Venda Nova

Teve como tema central Proteção integral, diversidade e enfrentamento das violências. A gestão social do CPC era uma das coordenadoras e foi construído e executado com outras instituições referências da regional.

Foi realizada na E. E Geraldo Teixeira da Costa no dia 15/09/18. Em parceria foi disponibilizado um ônibus no CRAS para levar os adolescentes que participam das oficinas.

UPC: Jardim Teresópolis

Tipo de Projeto: Ações de Participação Social (Conferências, audiências e conselhos)

Resumo do Projeto: 10/09/2018 - Conferência Livre: A Conferência Livre aconteceu no espaço do CRAS Jardim Teresópolis. Foi organizada pelo Fica Vivo!, CRAS e Conselho Tutelar. Contamos também com a participação do Programa de Mediação de Conflitos. Vários jovens do Fica Vivo! participaram, desse evento, assim como os oficineiros do Programa e público da comunidade em geral. A Conferência teve como pontos de discussão os eixos de Participação Social e Enfrentamento à Violência.

UPC: Morro das Pedras

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto: O projeto foi pensado e executado pelo oficineiro em parceria com a equipe técnica. Os jovens da oficina de Graffiti visitaram a Exposição Basquiat em BH, no CCBB.

UPC: Nova Contagem

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto: Intercâmbio de oficina de Corte de Cabelo da Vila Cemig com Nova Contagem. Com o objetivo de proporcionar circulação dos jovens atendidos no programa Fica Vivo por outros territórios e proporcionar aos oficineiros trocas de experiências, no dia dezessete de setembro aconteceu o intercâmbio da oficina de Corte de Cabelo Masculino da Vila Cemig visitando a oficina de Corte de Cabelo Masculino de Nova Contagem. O intercâmbio contou com a presença de 12 jovens atendidos na oficina de Nova Contagem, mais 7 jovens atendidos da Vila Cemig.

UPC: Nova Contagem

Tipo de Projeto: Ações de Participação Social (Conferências, audiências e conselhos)

Resumo do Projeto: No dia 14 de setembro, 35 jovens de diversas oficinas do Fica Vivo Nova Contagem participaram da Pré Conferência Municipal da Juventude, com o tema "Proteção Integral, Diversidade e Enfrentamento a violência" realizada na PUC Contagem.

UPC: PPL

Tipo de Projeto: Ações de Participação Social (Conferências, audiências e conselhos)

Resumo do Projeto: No mês de Setembro, realizamos em parceria com o Levante Popular da Juventude e MTD-Movimento dos Trabalhadores por direitos, uma pré conferência livre da juventude, de acordo com a orientação da Diretoria de juventudes da PBH. O evento aconteceu no dia 24/09 e as intervenções e facilitações tiveram como temática "O genocídio da juventude negra" porém as propostas giraram torno de políticas públicas para a juventude que enfrentem os problemas vivenciados pela juventude local.

UPC: Primeiro de Maio

Tipo de Projeto: Ações de Participação Social (Conferências, audiências e conselhos)

Resumo do Projeto: Nos dias 10, 11, 17 e 24/09 aconteceram algumas atividades alinhadas com o CRAS Providência, com o objetivo de mobilizar os jovens do território para a Pré- Conferência Regional da Criança e do Adolescente. Nesses dias, as atividades foram pensadas para o público do programa, sendo os dias 17 e 24 um retorno da Conferência Regional.

UPC: PTB

Tipo de Projeto: Projeto Local

Resumo do Projeto: Em setembro a equipe promoveu outro encontro de jovens para dialogar sobre o empoderamento feminino e seus direitos. Nesse encontro estiveram presentes três jovens da oficina de futsal feminino e oficineira. As jovens puderam expor seus pensamentos e

vivências a respeito dos papéis sociais entre homens e mulheres dizendo o quanto é importante a mulher compreender seus direitos para conseguir se posicionar e ir em busca do que deseja.

UPC: Ribeiro de Abreu

Tipo de Projeto: Ações de Participação Social (Conferências, audiências e conselhos)

Resumo do Projeto: No dia 28/09 a equipe técnica realizou conferência livre da juventude em conjunto com o oficinairo Rey, de Break. Participaram também no dia outros três oficinairos que atuam no Ribeiro de Abreu e Paulo VI. A atividade foi realizada na Toca da Onça, ao lado do CPC. Participaram ao todo 19 jovens. Foi escolhido o eixo de segurança cidadã e através de uma dinâmica com charges, a discussão contemplou os temas da violência policial, encarceramento em massa, sensação de insegurança no território, violência contra a mulher e outros.

UPC: Santos Reis

Tipo de Projeto: Projeto Local

Resumo do Projeto: “Revitalizando a Vila”, construído pela oficinaira Katiane de Aquino em conjunto com a equipe técnica e jovens de sua oficina no primeiro semestre de 2018. Após reorganização financeira e parceria com a comunidade a oficinaira voltou a mobilizar os jovens e as atividades foram executadas de pintura de muros, paredes laterais da Igreja Católica da Vila São Francisco de Assis e alguns grafites. O projeto dará continuidade no mês de outubro, com implantação de coletores de resíduos sólidos e conscientização ambiental, como medida de valorização do espaço comunitário.

UPC: Taquaril

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto: Para comemorar a Semana Nacional de Trânsito, a Galeria de Arte da Assembleia [recebeu] a exposição educativa Nós somos o trânsito, realizada pelo Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DEER/MG), em parceria com órgãos do Sistema Nacional de Trânsito e diversas instituições públicas, como a ALMG.

Considerando as articulações outrora realizadas, entre o Programa Fica Vivo! e o DEER/MG, por meio da Gerente Bárbara; mobilizou-se os (as) jovens da Oficina de Danças Urbanas, assim, como o Oficinairo Everton e o Analista Moisés, para a participação no dia 18/09/2018. Haja vista que, conforme algumas estatísticas apresentadas pela Gerente Bárbara, a área de abrangência do CPC Taquaril, em especial, os territórios do bairro Alto Vera Cruz, têm denotado maiores índices no que tangem a violência no trânsito.

UPC: Via Colégio

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto: Neste mês, os jovens da oficina de futsal do Cecais circularam no território do Palmital, na oficina de futsal do oficinairo Romário. Tratou-se de um momento de muito diálogo com os jovens, reforçando a importância de estarem em outro território atendido pelo Fica Vivo. Os jovens atendidos pela oficina do Luiz Fernando foram fazer um amistoso contra os jovens da oficina que ele ministra no Palmital, na região do Cruzeiroirinho/ Nova Esperança também pelo Fica Vivo. Tratou-se de um momento em que os jovens demonstraram bastante interesse em estar em outro território bem como jogar com outros jovens, além de se entender como territórios de divisa e que algum momento já teve tensionamento na dinâmica criminal.

UPC: Vila Cemig

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto: Conforme o desenvolvimento das atividades neste período, destacam-se a execução dois projetos de circulação que envolveram o público do programa. O primeiro se deu através de um intercâmbio entre as oficinas de cabeleireiro das UPC's Vila Cemig e Nova Contagem, como resultado da construção realizada entre equipes técnicas, oficinairos e jovens. O intercâmbio aconteceu no dia 17/09 em Nova Contagem. Na ocasião participaram sete jovens frequentes da oficina da UPC Vila Cemig/Conjunto Esperança além do oficinairo responsável pelas atividades da oficina. O momento propiciou a interação entre os jovens no que se refere ao ofício e também das relações entre os pares. O segundo momento do intercâmbio está agendado para o dia 16/10, sendo este realizado no território da Vila Cemig. Até o presente momento a equipe tem uma avaliação positiva da circulação, visto que esses momentos podem gerar maior interesse dos jovens na participação da oficina e também despertar interesses de outros ainda não atendidos. A segunda circulação se deu a partir da realização da nona Pré-Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente da Regional Barreiro. Conforme a divulgação do evento e a mobilização dos adolescentes atendidos pelo programa através das oficinas, foi possível a participação dos mesmos onde se observou a importância de inserção do público nestes espaços de discussão e contextualização para com as temáticas relacionadas ao recorte etário e o trabalho realizado pelos programas da Política de Prevenção à Criminalidade no território. Foi possível a presença de seis adolescentes, participantes das oficinas de Capoeira e Tae-Kwondo que atualmente atendem um maior número do público com esse recorte etário (12 a 17 anos).

UPC: Citrolândia

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto: as oficinas de futsal feminino e capoeira fizeram uma circulação no Inhotim contando com a participação de 42 adolescentes e jovens. Essa circulação foi em parceria com a empresa Essencis que cuida do lixo produzido na cidade de Betim e fica na região do Citrolândia e que cedeu o transporte para o passeio. A circulação teve como objetivo, proporcionar o acesso as obras em exposição no museu, cultura e lazer. As (os) adolescentes e jovens, relataram que foi interessante a experiência de visitar o Inhotim, uma vez que, é um espaço com obras de artes incomuns, plantas exóticas, salas de artes que interagem com o público e um local de grande beleza.

UPC: Cristo Rei

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto: Dia 16/10/2018 Projeto de Circulação – Museu

A equipe de Analistas juntamente com oficinairos e jovens da oficina de judô participaram de uma visita ao museu a fim de promover a circulação dos jovens e explorar o potencial educativo deste, como também, o acesso a artes e uma noção do patrimônio histórico e cultural da nossa cidade e região.

Dia 27/10/2018 Projeto de Circulação – Torneio de Judo

O oficinairo e jovens da oficina de judô participaram do I torneio de Judô Norte Mineiro Shodan Elaine Rodrigues realizado na Universidade

Estadual de Montes Claros a fim de promover a circulação dos jovens e explorar o potencial destes no que se refere a sua prática no esporte. Foi possível, assim, alcançar o primeiro lugar geral.

UPC: Cristo Rei

Tipo de Projeto: Ações de Participação Social (Conferências, audiências e conselhos)

Resumo do Projeto: realizou-se no espaço do Auditório da Fundação Educacional de Montes Claros, no dia 25 de outubro de 2018, a Conferência Municipal da Criança e do Adolescente a fim de propor e fortalecer os diálogos que possibilitam a promoção e articulação intersetorial, integração das políticas voltadas a garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Neste espaço foi possível discutir, ainda, aspectos relacionados a metodologia da conferência possibilitando que os jovens possam ter interesse em acessar e ser escutados nestes espaços verificando, a fragilidade existente.

UPC: Alterosas

Tipo de Projeto: Projeto Local

Resumo do Projeto: No dia 30/10 foi realizado um festival de truco na Oficina de Futsal Masculino que acontece no CRAS I. Na ocasião muitos jovens que se inscreveram para participar não foram, não sabemos ao certo de foi em função da chuva ou por outro motivo não especificado, pois os jovens que decidiram o dia e o horário do festival, inclusive a nomenclatura dizendo que a palavra "campeonato" não seria interessante pois poderia gerar um "tom" de competitividade muito acentuado ocasionando brigas. De qualquer forma o projeto aconteceu com os jovens presentes e a premiação para dupla foi um baralho e uma caixa de bombons.

UPC: Jardim Canaã

UPC: Jardim Felicidade

Tipo de Projeto: Ações de Participação Social (Conferências, audiências e conselhos)

Resumo do projeto: No dia 09/10/2019 foi realizada a Conferência Livre da Juventude. A ação aconteceu no Centro Cultural Jardim Guanabara e contou com a participação dos jovens da oficina de Arte Musical e da oficina de Jogos Populares. Realizamos a "dinâmica dos privilégios", o que foi importante para fazer uma reflexão a cerca dos direitos sociais. Após a dinâmica discutimos sobre as políticas públicas para a juventude no território e foi retirado como propostas questões referentes a: 1) pensar ações de prevenção a criminalidade através do acesso à cultura; 2) ações intersetoriais entre educação e saúde para trabalhar questões referentes a educação sexual; 3) ampliar os programas de jovens aprendizes e adolescentes trabalhadores, tendo em vista a importância do trabalho para a superação de vulnerabilidades sociais.

UPC: Jardim Leblon

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto:

Torneio de futsal Venda Nova

A ideia do torneio foi construída a partir da tensão entre os jovens do beco do Funil, região do Corguinho e Vila do Índio. Tem uma limitação de circulação dos jovens devido essa tensão, que tem se intensificado devido aos conflitos entre Índio e Corguinho. A fim de interagir os jovens destes territórios planejamos um torneio fora da área de abrangência. Convidamos para participar do torneio as oficinas de futsal do CPC Minas Caixa. Foi convidado também a oficina de futsal feminino do Veneza para disputar com o Leblon, a fim de não deixar a oficina de futsal feminino de fora, uma vez que a maioria das jovens são novas na oficina e um projeto de circulação contribuiria para a permanência e aproximação das meninas ao Programa.

UPC: Ribeiro de Abreu

Tipo de Projeto: Ações de Participação Social (Conferências, audiências e conselhos)

Resumo do Projeto: Ocorreu no dia 27/10 uma Conferência da Juventude no Cras Paulo VI. A equipe foi convidada pelo Cras que na verdade apenas cedeu o espaço pois essa conferência não se tratava de uma Conferência Livre da Juventude puxada pela Secretaria da Juventude. Essa conferência foi organizada por jovens que participam de instituições que tem parceria com o Childfund Brasil que é ONG internacional que atua em todo o país e que está no território há muitos anos com parceria com a Creche Vovó Geralda. Houve a participação de alguns jovens da oficina de dança que acontece na Creche, de jovens do território que participam do grupo Delta e ainda de vários coletivos de Betim, Morro Alto e Ventosa no Morro das Pedras.

UPC: Minas Caixa

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto: 27/10 projeto de circulação jogos de futsal na quadra da Vilarinho, aconteceu em parceria com CPC Leblon. Teve a participação de 30 jovens. Além da circulação por outros espaços da cidade, teve como objetivo promover a aproximação da equipe técnica com os jovens e a integração entre jovens das oficinas Minas caixa, Serra verde e Jardim Leblon. O projeto foi construído junto aos jovens e oficinairos através de conversas durante acompanhamento de oficinas. Muitos jovens nunca tinham visitado a quadra da Vilarinho e consideraram uma oportunidade para saírem do bairro e jogar em outros locais. Existe uma fala comum entre alguns jovens de que é bom saírem um pouco do território, principalmente entre os envolvidos no tráfico.

UPC: Nova Contagem

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto: Dia Nacional da Juventude

Em 27/10/2018 o Fica Vivo Nova Contagem, através da diretoria do programa fora convidado para participar com a oficina de percussão do Dia Nacional da Juventude, evento esse encabeçado pela juventude católica de BH com intermédio da SEDESE. A temática do evento era a superação das dificuldades e violências, e por isso fomos convidados a estar no evento. O evento ocorreu no espaço Arena Mundo Novo, em Venda Nova. Os 11 jovens da oficina puderam participar das atividades oferecidas, diálogos, missa, shows, e em seguida se apresentaram. A apresentação fora executada em cerca de 50 min e tanto os jovens da oficina quanto os ali presentes se divertiram muito.

UPC: Taquaril

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto: CAFÉ NO CPC - Em 11/10/2018, a Equipe Técnica juntamente com a Gestão Social, recebeu no CPC a Oficina de Danças Urbanas. Nessa ocasião, estavam presentes o Oficinairo Everton e mais sete Jovens. Assim, pensou-se em um momento de acolhimento dos (as)

Jovens na sede (Base Local) da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Nessa perspectiva, foi possível apresentar as instalações do CPC, e, por conseguinte, os serviços ofertados, inclusive, pelo Programa Mediação de Conflitos. Do mesmo modo, tornou-se propício um diálogo acerca da ocupação / apropriação dos espaços e/ou equipamentos públicos. E ainda, reflexões com os (as) mesmos, acerca do cenário político atual, e, portanto, os possíveis desdobramentos. Além disso, um momento de refeição coletiva, propiciando o fortalecimento de vínculos para com a Equipe Técnica (Vide anexos ao e-mail os registros fotográficos).

UPC: Via Colégio

Tipo de Projeto: Projeto de Circulação

Resumo do Projeto: Os jovens da oficina de Futsal da região do Cecais foram jogar no bairro Nova Conquista, divisa com Palmital. São duas regiões bem tensionadas, que alguns jovens têm dificuldade de circulação. Além do jogo foi possível também um momento de troca de ideias entre os jovens dos dois territórios.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC encaminhado à sede administrativa da entidade parceira e posterior encaminhamento à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - CEAPA**Indicador nº 3.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
16.500	23.058

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, o programa CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais.

Para fins deste indicador são contabilizados:

- Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos cumpridores de alternativas penais;
- Atendimentos individuais de acompanhamento de cumpridores;
- Participação de cumpridores em cada (a) Grupo de Inicialização, (b) de Acompanhamento e (c) de Finalização ao longo da medida de Prestação de Serviços à Comunidade e assinaram lista de presença;
- Participação de cumpridores em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais e assinaram lista de presença.
- Participação de pessoas em encontros de práticas restaurativas e assinaram a lista de presença.

No 5º período avaliatório do Termo de Parceria 044/2017 (01/09/2018 a 30/11/2018) foram realizados acumuladamente 23.058 atendimentos no Programa CEAPA. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório é de 16.500 atendimentos a mesma foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC:

UPC	4º	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	342	127	211	139	819
BELO HORIZONTE	4268	1366	1179	1241	8.054
BETIM	312	89	124	92	617
CONTAGEM	881	307	326	340	1.854
DIVINOPOLIS (RECÉM IMPLANTADO)	0	0	0	0	0
GOVERNADOR VALADARES	505	99	239	231	1.074
IBIRITE	130	146	152	109	537
IPATINGA	432	440	490	302	1.664
JUIZ DE FORA	696	239	191	234	1.360
MONTES CLAROS	693	253	242	326	1.514
RIBEIRÃO DAS NEVES	573	262	251	182	1.268
SANTA LUZIA	634	305	277	284	1.500
SETE LAGOAS	0	0	38	43	81
UBERABA	192	106	68	85	451
UBERLÂNDIA	791	269	270	203	1.533
VESPASIANO	397	107	140	88	732
TOTAL	10.846	4.115	4.198	3.899	23.058

O número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa foi maior que a meta estipulada para o período, bem como superior ao período avaliatório anterior.

Essa ampliação está associada principalmente devido ao aumento de grupos reflexivos relacionados aos Projetos de Execução de Alternativas Penais (Projeto de Execução de Alternativas Penais sobre drogas, violência doméstica/gênero, múltiplas violências e trânsito) – foram 78 grupos abertos nos meses de setembro, outubro e novembro – e grupos de acompanhamento de PSC (Prestação de Serviços à Comunidade), que elevaram o quantitativo dos atendimentos grupais no período avaliatório. É importante destacar que o número de PEAP's executados não é constante, já que depende do encaminhamento dos casos pelo Poder Judiciário e do cronograma de execução previsto pela equipe, que se organiza diante das diversas frentes de trabalho. Além disso, o fomento ao acompanhamento dos casos por parte da Supervisão Metodológica também tem impactado nesses números em alguns municípios.

Para uma análise mais detalhada, iremos situar cada município em relação a esse indicador.

ARAGUARI: aumento significativo do número de atendimentos realizados tendo em vista a execução de PEAP's no período. Não apresentaram oscilação nas demais modalidades de atendimento.

BELO HORIZONTE: houve uma diminuição comparada ao 4º PA, que ocorreu devido à redução do número de novas alternativas penais e dos atendimentos de acompanhamento. Por outro lado, houve aumento dos grupos de PSC e PEAP em relação ao período anterior. Houve também uma redução considerável dos casos encaminhados pelo Juizado Especial de Violência Doméstica devido ao grande número de cumpridores

que tem recorrido da participação em grupo reflexivo dentro do âmbito da medida protetiva justificando que se trata de um antecipação da pena.

BETIM: o número de atendimentos manteve certa regularidade no geral – os grupos de PSC aumentaram, porém os grupos de PEAP sofreram queda no período considerando que não havia quantitativo de casos suficiente para abertura de novo grupo.

CONTAGEM: Aumento significativo no número PEAP's devido ao fomento da Gestão Social junto aos Poder Judiciário ao longo do primeiro semestre para aplicação de grupos reflexivos dentro das modalidades de intervenção que o programa atua.

DIVINÓPOLIS: ainda em cenário de implantação, no referido período a equipe desenvolveu exclusivamente ações de rede. O cronograma para início do recebimento do público está previsto para janeiro de 2019.

GOVERNADOR VALADARES: as oscilações nos atendimentos no período avaliatório estão condicionadas as intervenções realizadas junto aos casos em cumprimento irregular, que provocaram a realização de mais grupos de PSC. Além disso, houve uma sensibilização da Gestão Social no que toca a recebimento de medidas cautelares junto ao Poder Judiciário. Tal sensibilização resultou na chegada de um numero significativo de cumpridores para participação em grupos reflexivos na temática de violência doméstica.

IBIRITÉ: Todos os tipos de atendimento tiveram avanço já que houve aumento do número de novas alternativas penais inscritas, outras ações de acompanhamento bem como a realização de PEAP's e grupos de PSC.

IPATINGA: devido à necessidade de atualização dos casos na perspectiva do acompanhamento qualificado, o número de atendimentos revela grande aumento nessa modalidade. A execução de PEAP's também demonstrou seu aumento no final do período avaliatório anterior e ganhou maior robustez no referente período como resultado da sensibilização da Gestão Social junto Poder Judiciário para realização de grupos reflexivos relacionados aos delitos de trânsito e uso e tráfico de drogas. Esta sensibilização resultou no encaminhamento do público para realização de grupos dentro das temáticas acima.

JUIZ DE FORA: os números de atendimentos de acompanhamento e de grupos de PSC sofreram queda no período se comparado ao anterior. Por outro lado, houve significativo aumento de atendimentos PEAP's. Cabe destacar que a supervisão metodológica tem desenvolvido a análise de dados junto à equipe para planejar ações mais próximas à realidade do município e à capacidade da equipe.

MONTES CLAROS: houve ampliação dos atendimentos de acompanhamento, tendo em vista a realização de grupos reflexivos.

RIBEIRÃO DAS NEVES: devido à realização de mais grupos de PSC e PEAP's do que no período anterior, os atendimentos grupais acrescentaram esse quantitativo. Somado a eles, a equipe também investiu nos atendimentos de acompanhamento.

SANTA LUZIA: aumento importante no número de atendimentos realizados tendo em vista a execução de PEAP's e grupos de PSC. Não apresentaram oscilação na modalidade de acompanhamento.

SETE LAGOAS: tal implantação iniciou o recebimento do público no mês de outubro através de parceria com a Vara de Execuções Penais e o redirecionamento dos casos que antes eram acompanhados pelo CREAS.

UBERABA: verificou-se que o número referente a este período avaliatório cresceu, já que todos os tipos de atendimento tiveram avanço. Os PEAP's demonstraram aumento ainda no final do período avaliatório anterior e ganharam maior robustez no referente período. Além disso, a equipe desenvolveu mais grupos de PSC e investiram no acompanhamento dos casos a partir do fomento da supervisão metodológica.

UBERLÂNDIA: os números de todas as modalidades de atendimento vêm se mantendo no percurso e nota-se um investimento da equipe principalmente no que diz respeito ao acompanhamento qualificado dos casos.

VESPASIANO: houve discreto aumento nos atendimentos de acompanhamento dos casos em relação ao período avaliatório anterior. Entretanto apresentaram redução dos atendimentos de grupos PSC e PEAP. Cabe destacar que a supervisão metodológica tem desenvolvido a análise de dados junto à equipe para planejar ações mais próximas à realidade do município e à capacidade da equipe.

Outro ponto a ser analisado diz respeito à composição da equipe e os atendimentos desenvolvidos no mês. Percebe-se em Juiz de Fora, Ribeirão das Neves e Vespasiano – se comparados aos demais municípios – que as equipes ainda não estão desenvolvendo os atendimentos ao público com toda a sua potencialidade. Para tanto, a supervisão metodológica investe no fomento a essas ações, tanto em reuniões de supervisão, quanto nas capacitações periódicas, buscando ampliar o olhar da equipe para além do acompanhamento da alternativa penal.

Além disso, foi um período em que as equipes receberam novos profissionais – estagiários e Analistas – que contribuíram para dar início à realização de algumas atividades ou potencializar aquelas que já estavam sendo executadas.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC encaminhado à sede administrativa da entidade parceira e posterior encaminhamento à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - CEAPA**Indicador nº 3.2: Percentual de cumprimento de alternativas penais monitoradas pelo Programa CEAPA****Meta do período avaliatório****94%****Resultado do período avaliatório****95,11%****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entende-se como alternativas penais cumpridas aquelas que durante o seu período de cumprimento foram desenvolvidas de forma regular, ou que tenham sofrido intervenção das equipes técnicas no caso de irregularidade, e que não receberam relatório de descumprimento no período avaliatório, relatório este encaminhado ao Poder Judiciário. Ele é mensurado através da relação entre quantidade de penas descumpridas que é definida pelo programa como aquelas em que não tiveram o cumprimento de forma regular e que mesmo após intervenção da equipe técnica não regularizaram o cumprimento e tiveram elaborado um relatório de descumprimento e a quantidade de penas monitoradas no mês.

No 5º período avaliatório do Termo de Parceria 044/ 2017 (01/09/2018 a 30/11/2018) foi alcançado o percentual de 95,11% de cumprimento de alternativas penais monitoradas pelo Programa CEAPA. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório é de 94%, a mesma foi cumprida integralmente. Abaixo seguem informações relativas a este percentual de cumprimento em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC:

UPC	SETEMBRO A NOVEMBRO DE 2018		
	Nº de penas descumpridas no período avaliatório	Nº de Penas Monitoradas no período avaliatório	% de cumprimento
ARAGUARI	16	203	92,12%
BELO HORIZONTE	209	4982	95,80%
BETIM	25	560	95,54%
CONTAGEM	57	860	93,37%
DIVINOPOLIS (Recém implantado)	0	0	-
GOVERNADOR VALADARES	22	574	96,17%
IBIRITE (Recém implantado)	4	175	97,71%
IPATINGA	23	665	96,54%
JUIZ DE FORA	30	980	96,94%
MONTES CLAROS	31	585	94,70%
RIBEIRÃO DAS NEVES	60	797	92,47%
SANTA LUZIA	25	526	95,25%
SETE LAGOAS (Recém implantado)	0	34	100,00%
UBERABA	3	309	99,03%
UBERLÂNDIA	69	645	89,30%
VESPASIANO	24	346	93,06%
TOTAL	598	12245	95,11%

O percentual de cumprimento é baseado nos descumprimentos oficiados pelas equipes no período e suas oscilações são consequência das atualizações periódicas de monitoramento realizadas no Programa. Sendo assim, no período avaliatório em questão, percebe-se um aumento deste percentual em relação ao período anterior.

Cabe destacar alguns contextos de maior oscilação, são eles:

IBIRITÉ: neste período avaliatório os primeiros casos de finalização via descumprimento foram oficiados ao Poder Judiciário, o que gerou impacto nesse indicador no município.

RIBEIRÃO DAS NEVES: Nesse período ocorreu à finalização de PEAP's, momento em que a equipe oficiou descumprimentos e houve consequente impacto no percentual em questão.

SETE LAGOAS: por se tratar de implantação recente, os processos de acompanhamento dos casos ainda estão em curso e as avaliações dos cumprimentos não se esgotaram para se ter descumprimentos oficiados.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC encaminhado à sede administrativa da entidade parceira e posterior encaminhamento à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais - CEAPA**Indicador nº 3.3: Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio****Meta do período avaliatório****1.400****Resultado do período avaliatório****1.282****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal de redes, propondo um acompanhamento integrado de seus cumpridores.

Este indicador objetiva mensurar o suporte a essa rede, orientando e capacitando quando necessário.

Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados: número de visitas de monitoramento às entidades da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais; Número de visitas de captação de novos parceiros; Número de reuniões para discussão de casos com a rede de proteção social; Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa.

No 5º período avaliatório do Termo de Parceria 044/ 2017 (01/09/2018 a 31/11/2018) foram realizadas acumuladamente 1.282 ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório é de 1.400 ações a mesma não foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC:

UPC	4º	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	38	8	19	12	77
BELO HORIZONTE	97	13	11	30	151
BETIM	78	17	0	3	98
CONTAGEM	44	8	2	48	102
DIVINÓPOLIS (Recém implantado)	0	16	16	6	38
GOVERNADOR VALADARES	18	16	6	19	59
IBIRITE	56	14	10	1	81
IPATINGA	40	11	10	8	69
JUIZ DE FORA	75	2	10	11	98
MONTES CLAROS	178	15	4	25	222
R. DAS NEVES	5	5	13	43	66
SANTA LUZIA	14	11	2	11	38
SETE LAGOAS (Recém implantado)	0	0	25	5	30
UBERABA	15	7	9	2	33
UBERLÂNDIA	20	15	56	12	103
VESPASIANO	13	2	1	1	17
TOTAL	691	160	194	237	1.282

A ação de rede é uma frente de trabalho que está em desenvolvimento no programa. Apesar do avanço significativo, ainda não foi possível alcançar as metas previstas, tendo em vista o desfalque na composição de equipes e a ausência de infraestrutura necessária para tal. Contudo, algumas equipes têm construído saídas alternativas para manter essa ação vigente, através de encontros de rede, ocupação de espaços já instituídos pela rede, dentre outras estratégias.

Salienta-se que na perspectiva metodológica do programa, o encontro de rede e as visitas às instituições são ações complementares e não substitutivas. Assim, quando é possível executar apenas uma delas, o processo de acompanhamento das instituições parceiras fica comprometido.

No que tange ao indicador das ações de rede, nota-se uma diminuição no número destas articulações, tendo em vista o período avaliatório anterior. Destacamos abaixo o cenário de cada município:

ARAGUARI: o indicador, em uma perspectiva mais ampla, manteve-se estável no município, entretanto, verifica-se que houve redução de casos discutidos com a rede de proteção social.

BELO HORIZONTE: houve significativa diminuição tanto nas visitas de captação de parcerias quanto na execução de encontros de rede. A supervisão metodológica tem fomentado a ocupação de espaços institucionais já constituídos e execução de encontros com as entidades, a partir da especificidade de cada regional do município, visando à qualificação do acompanhamento dos casos.

BETIM: observa-se uma redução grave de ações de rede, tendo em vista a diminuição dos encontros com as entidades e as visitas de captação de parcerias. Contudo, houve aumento nas visitas de monitoramento realizadas nesse período às entidades que já acolhem o público em cumprimento de PSC, em comparação com o período anterior.

CONTAGEM: o aumento considerável nas ações de rede no período reflete a execução de encontros de rede em todas as regionais do município, conforme plano de ação. Neste contexto foram realizados seis encontros, sendo eles nas seguintes regionais: Eldorado-Riacho, Industrial, Petrolândia, Nova Contagem, Sede e Ressaca, com impacto positivo para a execução do Programa. Além disso, as visitas de captação de parcerias também aumentaram no período.

DIVINÓPOLIS: na perspectiva da implantação, no referido período a equipe desenvolveu exclusivamente ações de rede, investindo em captações de parcerias para o programa com entidades que já acompanhavam pessoas em cumprimento de alternativas penais.

GOVERNADOR VALADARES: o número de articulações de rede aumentou no período de referência já que a equipe realizou maior quantidade de visitas de monitoramento às instituições que acolhem cumpridores de PSC, bem como investiu na realização de encontro de rede. A equipe desenvolveu estratégias para investimento e alinhamento com as instituições componentes da rede ampla no município no intuito de reforçar

fluxos e parcerias bem como revitalizar o catálogo e a pauta sobre alternativas penais, conforme plano de ação. Ressalta-se a participação da equipe nos espaços da Rede SESC e da ação com a rede de educação no período, com efeito positivo diverso na dinâmica do acompanhamento dos casos.

IBIRITÉ: por se tratar de uma recente implantação, nos períodos avaliatórios anteriores a equipe investiu em um maior contato com a rede do município, a fim de captar e estabelecer parcerias, mapeando as instituições existentes na cidade. Assim, no período em questão houve uma diminuição nos índices de trabalho com a rede, tendo em vista a priorização nos atendimentos de acompanhamento do público.

IPATINGA: houve redução de todas as modalidades de ações de rede no período. Cabe destacar que o quantitativo expressivo de atendimentos ao público pode ter influenciado na diminuição dessas articulações.

JUIZ DE FORA: apresenta redução significativa nos índices relacionados às ações de rede. A equipe ainda não utiliza do recurso do encontro de rede enquanto estratégia de articulação e, além disso, tem demonstrado redução no número de visitas e reuniões de discussão de caso. A supervisão metodológica tem trabalhado no desenvolvimento dessa frente de trabalho, a partir da especificidade do município, visando à qualificação do acompanhamento dos casos e o fortalecimento da parceria com as instituições.

MONTES CLAROS: no período anterior, houve a contabilização de uma ação de rede que repercutiu no quantitativo de 139 instituições presentes em um único evento. Devido a isso, em comparação ao período avaliatório anterior, houve uma redução nesse indicador. Porém, o número apresentado nesse período retrata a realidade do município, que investe em reuniões de discussão de casos com a rede de proteção social e execução de encontros de rede.

RIBEIRÃO DAS NEVES: o aumento percebido nesse período avaliatório e, sobretudo, no último bimestre, está relacionado à participação da equipe nos encontros de rede nas regiões do Veneza e Justinópolis, acrescido de ação com o Poder Judiciário. Ressalta-se, que esse aumento se deu principalmente pela realização de visitas de monitoramento às instituições já parceiras do programa.

SANTA LUZIA: houve um leve aumento nas ações de rede realizadas no município. Destaca-se que as visitas de monitoramento às entidades que já acolhem o público apresentaram um expressivo crescimento.

SETE LAGOAS: No que tange as ações de rede, ressalta-se o aumento desse indicador tendo em vista a etapa de mapeamento / cadastramento e formação da Rede de Alternativas Penais – em andamento, com impacto positivo para elaboração do catálogo de rede e articulações diversas no período, investindo em captações de parcerias para o programa com entidades que já acompanhavam pessoas em cumprimento de alternativas penais.

UBERABA: verificou-se um discreto aumento nesse indicador considerando as visitas de captação de parcerias fomentadas pela supervisão metodológica, a partir da leitura da equipe da ausência de instituições suficientes para demanda do público residente em determinada região do município.

UBERLÂNDIA: Os números de todas as modalidades de ações de rede aumentaram significativamente. Nesse sentido, destaca-se o acréscimo nas visitas às instituições que executam PEAP's, nas reuniões para discussão de caso com a rede de proteção social e na execução de encontros de rede. Salienta-se que o fortalecimento das parcerias tem possibilitado a ampliação das ações junto à Universidade Federal de Uberlândia, à Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e à Rede de Saúde Mental do município.

VESPASIANO: Apresenta redução significativa nos índices relacionados a essas ações, principalmente no que tange o último período avaliatório. A equipe ainda não utiliza do recurso do encontro de rede enquanto estratégia de articulação e, além disso, tem demonstrado redução no número de visitas de monitoramento às instituições que acolhem o público da PSC – ainda que o número de visitas de captação de parcerias tenha aumentado. A supervisão metodológica tem trabalhado no desenvolvimento dessa frente de trabalho, a partir da especificidade do município, visando à qualificação do acompanhamento dos casos e o fortalecimento da parceria com as instituições.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC encaminhado à sede administrativa da entidade parceira e posterior encaminhamento à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional - PrEsp**Indicador nº 4.1: Número acumulado de novos egressos inscritos no Programa PrEsp****Meta do período avaliatório****1.900****Resultado do período avaliatório****1.383****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional - PrEsp - tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento. O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional tem como público alvo o egresso do sistema prisional, conforme o artigo 26 da Lei Federal 7.210/84 - Lei de Execução Penal, bem como pessoas em execução de pena em regime aberto e cumprimento de prisão domiciliar, de acordo com a determinação judicial.

Para fins deste indicador, considera-se inscrita a pessoa acolhida pelo PRESP, dando início ao acompanhamento do Programa, que visa proporcionar oportunidades de aproximação e criação de vínculos. A inscrição é formalizada através do preenchimento de um formulário específico, que possibilita o registro dos dados sociodemográficos, informações psicossociais e jurídicas, bem como outras demandas que poderão se desdobrar em planos de acompanhamento individualizados.

No 5º período avaliatório do Termo de Parceria 044/ 2017 (01/09/2018 a 31/10/2018) foram inscritos no Programa PRESP acumuladamente 1.383 egressos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 1.900 novos egressos inscritos a mesma não foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de novos inscritos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC:

UPC	4º PA	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE	99	52	76	56	283
BETIM	48	22	30	15	115
CONTAGEM	41	22	29	18	110
GOVERNADOR VALADARES	57	8	5	6	76
IPATINGA	65	12	12	19	108
JUIZ DE FORA	56	10	11	16	93
MONTES CLAROS	93	17	14	21	145
RIBEIRÃO DAS NEVES	81	18	24	18	141
SANTA LUZIA	50	12	12	7	81
UBERABA	21	3	1	4	29
UBERLÂNDIA	101	23	39	42	205
TOTAL	712	199	253	219	1383

O indicador de inscrição se refere atualmente ao número de egressos do sistema prisional que comparecem nas unidades de prevenção social à criminalidade e voluntariamente apresentam demandas de inclusão social ao Programa. Em dezembro de 2017 foram adotadas duas diretrizes em relação a este indicador para que os 11 municípios em que há atuação do PRESP tenham um padrão mínimo para as inscrições. Essas diretrizes referem-se a principal porta de entrada para o Programa que são as parcerias com as Varas de Execuções Penais (corresponde aproximadamente 92%) e a obrigatoriedade das inscrições. Para facilitar o acesso a informação acerca do Programa, as Varas de Execuções Penais tinham acordado a permanência do livro de assinatura da condicional e prisão domiciliar, bem como era de responsabilidade das equipes do PRESP informar sobre o cumprimento de tal condicionalidade. Desta forma, no momento de assinatura o Programa era apresentado ao Público e estes eram inscritos. No entanto, com a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Penal (SEEU) e com o entendimento que algumas tarefas advindas da parceria com o judiciário sobrecarregava a equipe e não permitia dedicação mais profunda às atividades diretas de inclusão social, buscou-se restabelecer acordos com as Varas de Execuções de modo a priorizar as ações do marco lógico do programa e não os aspectos burocráticos da condicionalidade das penas. A partir de então o PRESP vem ajustando junto aos Juízes em todos os municípios um encaminhamento espontâneo, para favorecer que as demandas dos egressos estejam mais relacionadas à falta de acesso a direitos sociais, bem como fatores de risco e vulnerabilidades. Cabe ressaltar que os acordos com as VEPs ainda não foram totalmente padronizadas e em cada município está em uma fase de adequação. O fato da não obrigatoriedade das inscrições é o principal motivo pelo qual as metas deste indicador não vêm sendo alcançadas no ano de 2018. Soma-se a ele o fato da equipe não estar completa nas Unidades de Prevenção. Hoje trabalhamos com 64% da equipe ideal. Mesmo com esta defasagem no quantitativo de profissionais, conseguimos chegar neste 5º período avaliativo com 72% de alcance da meta proposta.

Outro fator que impacta neste indicador são as relações estabelecidas com as demais redes dos municípios, já que metodologicamente são portas de entradas, porém com a equipe reduzida não consegue-se estar presente e deixá-las ativas em relação a parceria e encaminhamentos do público.

As unidades que apresentaram as maiores oscilações durante o período foram:

Belo Horizonte que em outubro apresentou uma aumento das inscrições, fato este ligado à chegada de novas analistas e estagiárias, porém novembro apresentou 4 dias a menos de trabalho em relação ao mês anterior, o que fez com que o patamar alcançado, tivesse uma redução.

No município de Contagem houve uma mudança significativa em relação aos períodos de assinatura. Após determinação judicial as assinaturas que aconteciam mensalmente passam a ser trimestral. Outubro coincidiu com o mês de assinatura o que aumenta o fluxo de pessoas na UPC e a possibilidade de inscrição a partir das demandas dos usuários.

Em Betim, no período de junho a setembro, os números foram atípicos devido a realização das audiências admonitórias realizadas pela vara de execução penal (VEP) uma vez por semana. Após a audiência, o público era orientado pela juíza da VEP a comparecer ao programa no mesmo dia, o que prejudicou o atendimento do público ao acessar o programa pela primeira vez.

Governador Valadares, adotou tardiamente a orientação de inscrição espontânea e vem apresentando desde agosto um número mais real, se comparados às demais Unidades.

Santa Luzia, em relação ao número de egressos encaminhados pela vara de execuções penais e dos encaminhados do PRESP do município de Ribeirão das Neves a equipe percebe uma diminuição que se deve ao número menor de liberados (alvará de soltura) residentes deste município. Desta forma, o número de inscrições realizadas diminuiu, mas a equipe ainda percebe adesão da maioria que chega até a UPC. Outro fator que impacta a chegada de egressos é a fragilidade da rede do município que devido a situações políticas encontra-se em reestruturação e mudanças de profissionais que precisam ser novamente mobilizados em relação ao trabalho ofertado pelo programa aos usuários.

Em Uberaba conforme já citado no 4º RGR, a partir de julho foi realizado novo acordo com a vara de execuções penais de forma que não eram realizados encaminhamentos diretos ao Programa, o que culminou com a retirada do livro de assinatura de condicionalidades. A equipe desde então tem traçado novas estratégias para alcançar o público, principalmente no que tange a divulgação do trabalho na rede do município. Nesse último trimestre os inscritos vieram através de outras portas de entrada (rede) e não mais do judiciário. Essa chegada do público pela rede é algo novo no município, acredita-se que já é parte do resultado das mobilizações que se intensificaram. Na retomada dos trabalhos foi avaliado que a Política estava com baixa visibilidade no município, o que demandou auxílio por parte da superintendência, diretoria e supervisão fomentando também o trabalho da gestão desde o segundo trimestre.

Em Uberlândia os dados apontam pequeno aumento no número de pessoas que acessaram o programa pela primeira vez, com a chegada dos estagiários aumentou recursos humanos para receber essa demanda e realizar novas inscrições.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC encaminhado à sede administrativa da entidade parceira e posterior encaminhamento à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional - PrEsp**Indicador nº 4.2: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
11.000	7.719

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O Programa PrEsp busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.

Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.

Para fins deste indicador serão contabilizados:

- Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos;
- Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento;
- Atendimentos individuais com familiares de egressos;
- Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PrEsp e assinaram a lista de presença;
- Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença.

No 5º período avaliatório do Termo de Parceria 044/ 2017 (01/09/2018 a 31/10/2018) foram realizados acumuladamente 7.719 atendimentos pelo Programa PRESP. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 11.000 atendimentos a mesma não foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC:

UPC	4ºPA	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
1 BELO HORIZONTE	572	240	314	285	1411
2 BETIM	250	45	82	57	434
3 CONTAGEM	110	44	110	70	334
4 GOVERNADOR VALADARES	121	43	70	91	325
5 IPATINGA	330	87	87	85	589
6 JUIZ DE FORA	426	124	963	170	1683
7 MONTES CLAROS	192	52	51	87	382
8 RIBEIRÃO DAS NEVES	238	148	136	159	681
9 SANTA LUZIA	205	76	72	41	394
10 UBERABA	344	108	52	101	605
11 UBERLÂNDIA	355	112	212	202	881
TOTAL	3.143	1.079	2.149	1.348	7.719

Desde o início do ano o PrEsp vem investindo em formação e capacitação da equipe técnica para que o acompanhamento do público atendido seja cada vez mais qualificado. Espera-se com isso que a adesão do público ao programa aconteça de forma voluntária e não pela obrigatoriedade. Dessa forma, busca-se também intervenções mais efetivas nas vulnerabilidades apresentadas pelo público e que os números de atendimentos tenham um aumento mesmo que de forma gradativa.

Em setembro os estagiários começaram a compor o quadro da equipe técnica o que favoreceu a organização e execução de mais atividades nos meses de outubro e novembro.

Mesmo assim, a equipe continua reduzida em relação à previsão do termo de parceria, como dito anteriormente o PrEsp hoje trabalha com apenas 64% de sua equipe técnica ideal. Com esta defasagem conseguimos alcançar 70% da meta estipulada. As unidades que apresentaram maiores oscilações positivas e negativas neste 5º período avaliativo foram:

Belo Horizonte apresentou um aumento do número de atendimentos em outubro, decorrente da chegada de duas novas analistas.

Em Betim, o mês de setembro foi atípico devido a organização da equipe em prol do curso do PRONATEC em parceria com o PRESP, outubro está dentro do esperado para o município e novembro teve uma diminuição que a equipe atribui a menos dias trabalhados e a atividades que embora sejam metodológicas não são contabilizadas como indicadores (ex: contatos e visitas a rede parceira).

Em Contagem o mês de outubro apresentou um aumento significativo nos atendimentos realizados, fato este ligado a outubro ter sido mês de assinatura na unidade de prevenção, conforme descrito no indicador 4.1, o acordo com o judiciário no município prevê a coleta de assinaturas trimestralmente. Neste período o número de inscrições, bem como de atendimentos aumentaram em relação ao mês anterior e posterior já que os egressos obrigatoriamente ainda precisam acessar a unidade de prevenção pra assinatura da condicionalidade.

Já em Governador Valadares o aprimoramento dos atendimentos vinculados aos casos de adesão espontânea ao programa geraram uma maior correspondência entre as demandas deles e os atendimentos ofertados gerando em consequência um aumento no número de atendimentos.

Já Juiz de Fora, em outubro, o PRESP colheu as assinaturas do Regime Aberto e fez a devolução do livro de assinaturas de condicional à VEP que passou a ser assinada no Fórum do município. Houve expressivo aumento no número de atendimentos com relação aos meses anteriores em função da necessidade de orientações ao público sobre a mudança no local, datas e horário de assinatura, além da assinatura de Termo de Ciência individual, a ser anexado no respectivo prontuário, bem como a sensibilização em relação à permanência do acompanhamento psicossocial no PRESP. Portanto, todos os egressos que compareceram a unidade de prevenção foram atendidos e orientados. O aumento de

adesão aos grupos reflexivos e o menor número de falta nestes encontros também contribuiu para aumento do número de atendimentos realizados.

Em Montes Claros houve um pequeno aumento em novembro decorrente da realização de um grupo de adesão espontânea com a participação de 15 egressos acompanhados.

Em Santa Luzia o número de atendimentos para acompanhamentos de vulnerabilidades está contribuindo para estabilidade do resultado do indicador. No entanto, em novembro a equipe aponta baixa procura dos egressos em relação aos acompanhamentos. Relatam ainda que pode estar relacionado ao menor período de assinaturas já que o mesmo coincidiu com os feriados. A procura durante este período (assinaturas) é maior.

Uberaba é o município com maior impacto em relação a não obrigatoriedade de assinatura da condicionalidade na UPC. Com os egressos atendidos diretamente no fórum, cai o número de inscrições e acompanhamentos. No entanto, além de manter o diálogo com o judiciário, a equipe está investindo em outras atividades metodológicas que não eram aplicadas anteriormente no município, como a realização de grupos nas unidades prisionais e também em relação aos encaminhamentos vindos da rede. Desta forma, espera-se que estas ações gradativamente afetem positivamente o número de atendimentos realizados.

Já Uberlândia tem muita demanda de atendimento, o que estava sendo restringido pela capacidade da equipe em atender tais demandas. Com a chegada dos estagiários em outubro foi possível dar vazão as atividades e ampliar o número de atendimentos.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC encaminhado à sede administrativa da entidade parceira e posterior encaminhamento à SESP/SUPEC.

Área Temática: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional - PrEsp**Indicador nº 4.3: Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
800	556

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes.

Para fins desse indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Número de reuniões com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos;
- 2) Número de reuniões para discussão de casos com a rede de proteção social;
- 3) Número de participação das equipes do PrEsp em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município;
- 4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa;
- 5) Número de reuniões com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos.

No 5º período avaliatório do Termo de Parceria 044/ 2017 (01/09/2018 a 31/10/2018) foram realizadas acumuladamente 556 atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 800, a mesma não foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade destas atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC:

UPC	4ºPA	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	TOTAL
1 BELO HORIZONTE	32	24	16	10	82
2 BETIM	22	7	3	11	43
3 CONTAGEM	9	2	10	4	25
4 GOVERNADOR VALADARES	4	1	2	22	29
5 IPATINGA	19	9	10	2	40
6 JUIZ DE FORA	31	15	8	6	60
7 MONTES CLAROS	30	15	16	9	70
8 RIBEIRÃO DAS NEVES	6	2	4	4	16
9 SANTA LUZIA	10	4	1	1	16
10 UBERABA	36	18	15	22	91
11 UBERLÂNDIA	22	10	24	28	84
TOTAL	221	107	109	119	556

Tendo em vista a informatização das Varas de Execução Criminal (implementação do SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Penal) e a grande possibilidade de retirada dos livros de assinatura de condicionalidades das unidades de prevenção pensou-se em implementação deste indicador como forma de medir a nossa intervenção junto a rede para atender as vulnerabilidades dos nossos egressos acompanhados bem como aumentar o leque de possibilidades de chegada do público ao Programa. Como a retomada ao trabalho foi marcada por organização de demandas represadas pela paralisação decorrente da transição, este indicador começa a ganhar maior investimento da equipe a partir de julho, observa-se que nos três primeiros períodos avaliatórios somam-se 258 atividades de mobilização de rede, enquanto no 4º e 5º períodos apresentam-se 221 e 335 atividades de mobilização respectivamente.

Diante desse contexto inicial este indicador ainda é oscilante nas unidades de prevenção já que depende também da criação de agendas com a rede de cada município. Como a equipe ainda não está completa e há uma necessidade também de se atender as atividades de rotinas das unidades de prevenção, a construção dessas ações não são diretamente priorizadas. Nas unidades que permanecem com baixos números de atividades de mobilização, a supervisão metodológica vem trabalhando sistematicamente para entender o fenômeno e propor ações que possibilitem uma maior realização de atividades de rede. Especificamente há intervenções diretas em Governador Valadares, Ribeirão das Neves e Santa Luzia.

Em Santa Luzia, o município enfrentou ao longo do ano muita instabilidade política, passando por novas eleições e reorganização das pastas municipais. Desta forma a rede que já se encontrava fragilizada passou por diversas dificuldades de atendimento e organização para reuniões que tratassem diretamente a parceria. Além disso, a UPC está sem o veículo que auxilia as equipes nas atividades externas.

Em Ribeirão das Neves a rede também apresenta um alto grau de fragilidade, a alta rotatividade dos profissionais da rede local faz com que organizações e agendas sejam recorrentemente desmarcadas. Apesar disso, avaliamos necessária uma melhor organização para que a mobilização de rede ganhe força no município.

Governador Valadares apresenta um grande aumento nas atividades de mobilização de rede em novembro decorrente da participação da equipe em espaços que possibilitaram a articulação do Programa com muitos atores da rede de proteção social. Porém, em sua totalidade no ano, apresenta um baixo número. A supervisão vem trabalhando junto à gestão local, estratégias que possibilitem que a saída da equipe para as atividades de mobilização de rede sejam mais recorrentes e possam significar ganhos para o acompanhamento dos egressos atendidos.

Fonte de comprovação do indicador

Modelo fornecido pela SESP/SUPEC encaminhado à sede administrativa da entidade parceira e posterior encaminhamento à SESP/SUPEC.

Área Temática: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade**Indicador nº 5.1: Percentual de acompanhamento *in loco* da Supervisão no interior****Meta do período avaliatório****100%****Resultado do período avaliatório****100%****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

O acompanhamento *in loco* da Supervisão permite que os Supervisores Metodológicos possam exercer suas atribuições, de acordo com cada cargo, nos municípios do interior do Estado, de forma que verifiquem o desenvolvimento das equipes técnicas da Política de Prevenção Social à Criminalidade. Desta forma, este indicador visa aferir o número de visitas de acompanhamento realizadas pela Supervisão Geral e Supervisão Metodológica.

Deverá ser elaborado, pelo Supervisor que a realizou, relatório constando todas as informações importantes. Para fins desse indicador será considerado o número de acompanhamentos *in loco* realizados no período avaliatório sobre o número de visitas demandadas pela SESP/SUPEC.

Neste período avaliatório foram demandadas 12 visitas de acompanhamento *in loco* da Supervisão no interior e foram realizadas 12 visitas, conforme descrição da tabela abaixo:

LOCAL DA VISITA	DATA DA REALIZAÇÃO	PROGRAMA
JUIZ DE FORA	03/09 a 06/09	Programa Mediação de Conflitos
IPATINGA	08/10 a 10/10	Programa Fica Vivo!
IPATINGA	08/10 a 10/10	Programa Mediação de Conflitos
MONTES CLAROS	01/10 a 05/10	Programa Mediação de Conflitos
MONTES CLAROS	01/10 a 05/10	Programa Fica Vivo!
UBERLÂNDIA	17/09 a 21/09	Programa Fica Vivo!
UBERLÂNDIA	07//11 a 08/11	Programa CEAPA
UBERABA	17/09 a 18/09	Programa CEAPA
ARAGUARI	18/09 a 20/09	Programa CEAPA
MONTES CLAROS	15/10 a 18/10	Programa CEAPA
MONTES CLAROS	05/11 a 09/11	PRESP
GOVERNADOR VALADARES	19/11 a 23/11	CEAPA

Em cada uma das visitas as supervisões têm objetivos específicos, abaixo segue uma síntese dos objetivos de cada uma delas:

PMC Juiz de Fora - A supervisão presencial da equipe do PMC Olavo Costa (Juiz de Fora) se deve a três fatores principais: 1) necessidade de construção juntamente com equipe da organização do fluxo de atendimentos após a recente finalização do diagnóstico comunitário; 2) importância do acompanhamento metodológico de procedimentos de mediação e atividades de campo, marcadamente atendimentos de organização comunitária e casos coletivos, tendo em vista a pouca experiência das analistas nesse tipo de prática; 3) relevância da construção de um plano de ação que inclua, entre outros aspectos, estratégias de articulação de rede social mista.

PMC Ipatinga - Avaliar, em conjunto com as equipes e gestão social os impactos das intervenções metodológicas construídas para as realidades dos territórios. - Orientação e formação das equipes na execução do trabalho.

- Orientação e avaliação das ações do programa e reais impactos nos territórios.

- Orientação e análise do planejamento elaborado pela equipe e auxílio pontual na execução das atividades apresentadas, de maneira articulada com a gestão social.

- Orientação da gestão social para o acompanhamento da execução do método do programa pela equipe técnica.

- Reformulação e desenvolvimento das diretrizes metodológicas, a partir dos resultados alcançados, das especificidades da Unidade de Prevenção à Criminalidade, das dinâmicas dos territórios e do público atendido.

PMC - Montes Claros - Realizar reuniões de planejamento com as equipes do PMC e com a Gestão Social;

- Organizar e participar com as equipes do PMC de atividades de campo (circulação pelo território, mobilização comunitária, reunião com referências, entre outras a serem definidas em diálogo com as analistas).

Fica vivo Ipatinga – Avaliação e repactuação das ações previstas no planejamento e ainda não desenvolvidas pela equipe.

Fica Vivo Montes Claros - Supervisão metodológica com as equipes Cidade Cristo Reis e Santos Reis ;

Acolhimento e capacitação introdutória dos profissionais recém-contratados;

Reuniões com gestão social ;

Reunião Oficineiros;

Gepar.

Fica Vivo – Uberlândia - A supervisão metodológica incluiu as seguintes atividades: orientação diante dos desafios que atravessam o contexto de trabalho apresentados pelos analistas sociais; discussão dos casos (de jovens atendidos, das oficinas, das realidades das dinâmicas sociais das violências e criminalidades...) que têm demandado um maior atentar-se da equipe e construção de propostas de

intervenções diante dos mesmos; circulação em pontos específicos e referenciais dos territórios de abrangência dos CPC's, considerando a atuação do Fica Vivo!.

Uberlândia, Uberaba e Araguari – CEAPA acompanhamento da equipe CEAPA: estudo e discussão sobre os procedimentos e fluxos de trabalho, instrumentais do programa, aprimoramento de competências para atuar no âmbito das Alternativas Penais, fluxo com a rede parceira, dentre outros pontos. Além disso, pretende-se atuar junto à gestão no que tange à retomada do planejamento anual, além de realizar articulação e definir fluxos com Judiciário.

Montes Claros CEAPA - Acompanhar o desenvolvimento técnico da equipe, a partir das discussões de casos e ações realizadas pelo Programa no município.

- Avaliar e repactuar, em conjunto com a equipe técnica e gestão social o planejamento das ações propostas para a Unidade, com a expansão da equipe.

- Realizar formação introdutória com o(a) novo(a) analista social do Programa.

- Orientar a gestão social para o acompanhamento das ações metodológicas que ainda precisam avançar, por parte da equipe.

Montes Claros – PRESP - Necessidade de trabalhar com a equipe os atendimentos provenientes de vulnerabilidades sociais, alterações metodológicas que interferem na dinâmica do trabalho bem com o nos indicadores pactuados, estudo de casos e acompanhamento metodológico. Foi realizada também capacitação da equipe sobre viés da metodologia que trata do acompanhamento de egressos vulneráveis e outras abordagens práticas da metodologia.

Governador Valadares – CEAPA: Desenvolver espaço de orientação e acompanhamento metodológico das ações e atividades desenvolvidas pelas equipes, conforme planejamento.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios das visitas realizadas pelos Supervisores.

Área Temática: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade**Indicador nº 5.2: Percentual de participação das equipes nas capacitações****Meta do período avaliatório****Resultado do período avaliatório****100%****100%****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Este indicador afere o percentual de participação dos profissionais contratados pela entidade parceira nas capacitações para atuarem na Política de Prevenção à Criminalidade. Elas objetivam:

- 1) Contribuir para o aprimoramento das competências das equipes;
 - 2) Garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade;
 - 3) Promover a integração e o nivelamento das equipes visando o aprimoramento contínuo da Política de Prevenção Social à Criminalidade.
- A OSCIP será responsável por viabilizar sua realização e a participação das equipes providenciando locação de espaço físico que comporte os profissionais; serviço de *coffee-break*; honorários e custos com palestrantes; pagamento de hospedagem, transporte e diárias para todos os profissionais que não residem na região onde ocorrerão as capacitações.

Neste período avaliatório havia a previsão de uma capacitação para gestores sociais das Unidades de Prevenção à Criminalidade.

A capacitação ocorreu nos dias 11, 12, 13 e 14 de setembro em Belo Horizonte. Havia a previsão de participação de 30 profissionais nessa capacitação e todos eles participaram.

As capacitações tiveram como foco o alinhamento de informações e orientações entre o grupo de gestores. Para tanto, foram abordados temas específicos para os gestores do interior do Estado com foco maior no alinhamento de informações para este grupo.

Durante os dias 11, 12 e 13 esse grupo se reuniu na sede do Instituto Elo com áreas específicas da parte administrativa do Instituto Elo. Além disso, eles se reuniram também com as Superintendências de Políticas de Base Territorial e Municipal e com as respectivas diretorias dos quatro programas da política.

Além destas foram realizadas outras capacitações de rotina dos Programas sem o uso de recursos diretos previstos no programa de trabalho, mas com importância para o desenvolvimento das atividades. Dentre elas se destacam:

CEAPA:

Data: 11 e 12 de setembro de 2018

Temática: Capacitação sobre Acompanhamento do público e suas vulnerabilidades / Revisão dos Postulados, princípios e diretrizes para a Política de Alternativas Penais, dos objetivos do programa, das modalidades de Alternativas Penais e seus fluxos.

Público: Gestores Sociais de BH e RMBH.

Data: 17, 18 e 19 de Setembro

Temática: Formação introdutória sobre AP

Público: Analistas Sociais do Centro Integrado de Alternativas Penais de Sete Lagoas

Data: 24/10

Temática: Capacitação sobre saúde mental, a relação dos casos de sofrimento mental e a Lei e possibilidades de construção do manejo dos casos.

Público: Gestores Sociais, Analistas Sociais CEAPA e PRESP e Supervisores Metodológicos dos Programas.

Programa Mediação de Conflitos

Data: 21/09

Temática: Procedimento de Mediação

Público: Analistas Sociais e estagiários do Interior do Estado

Data: 26/09

Temática: Desafios e possibilidades de intervenção em situações de violência

Público: Analistas Sociais e estagiários do Interior do Estado

Data: 24/10

Temática: Gênero, Raça e Violências.

Público: Analistas Sociais e estagiários Interior do Estado

Data: 22/11

Temática: Ações de Organização Comunitária

Público: Analistas Sociais e estagiários Interior do Estado

Data: 20/09

Tema: Procedimento de Mediação

Público: Analistas Sociais e estagiários BH e RMBH

Data: 28/09

Temática: Desafios e possibilidades de intervenção em situações de violência

Público: Analistas Sociais e estagiários BH e RMBH

Data: 25/10

Temática: Gênero, Raça e Violências.

Público: Público: Analistas Sociais e estagiários BH e RMBH

Data: 29/11

Temática: Ações de Organização Comunitária

Público: Analistas Sociais e estagiários BH e RMBH

Fica Vivo!

Data: 26/09

Temática: Formação em Projetos Locais e de Circulação

Público: Analistas Sociais e estagiários BH e RMBH

Data: 31/10

Temática: Reflexão sobre as formas de atendimento de jovens em situação de ameaça

Público: Analistas Sociais e estagiários BH e RMBH

Data: 14/11 e 21/11

Temática: Reflexões sobre o acompanhamento das equipes técnicas das oficinas e a relação com osicineiros

Público: Analistas Sociais e estagiários BH e RMBH

PRESP

26/09

Temática: Participação Social

Público: Analistas Sociais e estagiários BH e RMBH

17/10

Temática: Saúde Mental

Público: Analistas Sociais e estagiários BH e RMBH

14/11

Temática: Capacitação inicial para novos contratados / metodologia

Público: Analistas Sociais e estagiários BH e RMBH

21/11

Temática: Capacitação inicial para novos contratados / metodologia

Público: Analistas Sociais e estagiários BH e RMBH

Fonte de comprovação do indicador

Listas de presenças das capacitações.

Área Temática: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 5.3: Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto**Meta do período avaliatório****15****Resultado do período avaliatório****11,22****Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório**

Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OSCIP parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo e que seja sempre mantido o quadro de profissionais adequado para a realização dos atendimentos e de todas as atividades de ponta inerente à Política.

Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e fim com a assinatura do contrato de trabalho do substituto.

Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais das Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da Sede da OSCIP para execução do Termo de Parceria. Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas. A OSCIP parceira deverá promover processos seletivos para constituição de cadastro reserva para contratação e/ou reposição de profissionais dos cargos em vacância que surgirem durante a parceria.

No 5º período avaliatório do Termo de Parceria 044/ 2017 (01/09/2018 a 30/11/2018) ocorreram 18 reposições de vagas que gastaram em média 11,22 dias para recomposição. Dessa forma a meta foi alcançada plenamente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de dias de reposição para cada processo de recomposição de vaga em aberto:

DATA DA REQUISICÃO DE PESSOAL	DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO DO NOVO FUNCIONÁRIO (INÍCIO NOVO FUNCIONÁRIO)	DIAS PARA REPOSIÇÃO
20/08/2018	03/09/2018	14
27/08/2018	03/09/2018	07
30/08/2018	10/09/2018	12
31/08/2018	10/09/2018	11
31/08/2018	19/09/2018	19
05/09/2018	17/09/2018	12
03/09/2018	10/09/2018	07
05/09/2018	19/09/2018	14 – 12 = 02 04 Candidatos convocados não aceitaram
13/09/2018	19/09/2018	06
25/09/2018	15/10/2018	20 - 6 = 14 02 candidatas convocada não aceitaram
02/10/2018	18/10/2018	16
03/10/2018	15/10/2018	12
11/10/2018	18/10/2018	07
11/10/2018	24/10/2018	13
11/10/2018	01/11/2018	21-3 =18 01 candidata não aceitou
15/10/2018	22/10/2018	7
24/10/2018	05/11/2018	12
06/11/2018	19/11/2018	13

Nesse período avaliatório foram solicitadas 18 recomposições de equipe que demoraram em média 11,22 dias para serem repostas. Cabe ressaltar que para recompor uma equipe, geralmente a instituição utiliza-se do banco de classificados dos processos seletivos. Para efetivar o processo de contratação, ressalta-se que se faz necessária a convocação do candidato classificado no processo seletivo, o recebimento e conferencial de documentação, a realização de exame admissional, assinatura do contrato e início das atividades. Quando um candidato não aceita a vaga ofertada, o processo deve ser reiniciado, o que acarreta em ampliar o tempo necessário para a recomposição da vaga. Nesse período isso ocorreu em três solicitações de reposições. Em uma delas, quatro candidatos aprovados não aceitaram a vaga ofertada a eles. Ressalta-se também que neste período avaliatório, com a finalidade de compor novos bancos de classificados, foram realizados, 59 processos seletivos. Destes, 43 foram processos associados à contratação de estagiários em Belo Horizonte, Região Metropolitana e no Interior do Estado. Outros 16 processos seletivos foram referentes a reposições ou composição de banco de classificados para vagas de Técnico Administrativo, Analistas, Gestor Social e Supervisão Metodológico dos Programas.

Fonte de comprovação do indicador**Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças.****Área Temática: Produtos e Resultados das ações de base territorial**

Indicador nº 6.1: Número de relatórios analíticos das UPCS de Base Local	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
33	59
Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório	
<p>O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Local consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPCs. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela gestão social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam aos gestores sociais e equipes técnicas acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPCs. Cada Unidade de Prevenção de Base Local deve elaborar um Relatório Analítico por bimestre ao longo do ano. Nesse período avaliatório devem ser computados, conforme descrição do Programa de Trabalho, os relatórios elaborados nos bimestres de junho/julho e agosto/setembro.</p> <p>No 5º período avaliatório foram elaborados 59 relatórios, 27 referentes ao bimestre junho/julho e outros 32 referentes ao bimestre agosto/setembro. Dessa forma, a meta foi cumprida integralmente.</p> <p>Os Relatórios Analíticos de Dinâmica constituem um esforço da Política de Prevenção de sistematizar e registrar o conhecimento gerado nos territórios de atuação dos programas de base local. Os relatórios mensurados neste período avaliatório remetem aos meses de junho a setembro de 2018, contemplados em dois relatórios bimestrais, junho/julho e agosto/setembro. Seu escopo tem caráter descrito, contudo, alguns aspectos da recorrência dos elementos de registro da gestão social sobre a análise da dinâmica criminal e elementos agenciadores de fatores de risco e proteção merecem destaque. Em grande parte dos relatórios observa-se a descrição da dinâmica do tráfico nos territórios de abrangência dos Centros de Prevenção, com a localização dos conflitos entre grupos rivais ou mesmo a ausência desses em função da organização do tráfico ou prisão de lideranças. Tal leitura acerca da dinâmica criminal é bastante favorecida pela capilaridade das oficinas do Programa Fica Vivo bem como pelo vínculo estabelecido com referências e lideranças comunitárias por parte do Programa Mediação de Conflitos. Também se observa a descrição acerca da legitimidade que algumas comunidades dão a resolução dos conflitos a partir da intervenção de tais lideranças. Para além da descrição da dinâmica criminal relacionada ao tráfico de drogas, outro aspecto desenvolvido na leitura das violências relaciona-se à violência doméstica. São muitos os relatórios que apontam a identificação de um número considerável de casos de violência doméstica nas áreas de abrangência do Centro de Prevenção. Esse diagnóstico vem acompanhado do relato das intervenções realizadas pelos Programas, principalmente o Mediação de Conflitos, visando tratar a questão, promovendo o debate sobre as questões de gênero e violência contra a mulher. Destaca-se também como ponto comum em muitos relatórios as articulações promovidas com a rede de proteção social dos territórios e municípios. Em sua grande maioria descreve-se a construção conjunta com a assistência social, educação e saúde de modo a intervir nas vulnerabilidades apresentadas e favorecer o acesso à direitos do público atendido. Porém, também aparece com recorrência a escassez de equipamentos públicos em territórios em que são latentes diversas vulnerabilidades sociais. As articulações com o GEPAR – Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco também ganham destaque, no sentido de qualificar a leitura das dinâmicas bem como pensar em ações mais assertivas na perspectiva da intervenção estratégica.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
E-mail de encaminhamento dos relatórios elaborados no período avaliatório para a SESP/SUPEC	
Área Temática: Produtos e Resultados das ações de base territorial	

Indicador nº 6.2: Número de relatórios descritivos da gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
3	3

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

A Gestão dos Projetos de Oficinas do Programa Fica Vivo! constitui uma ação estratégica dentro do Termo de Parceria estabelecido entre a entidade parceira e Secretaria de Estado de Segurança Pública. Diante da sua dimensão e complexidade, torna-se necessária a descrição e análise pormenorizada da sua operação ao longo da execução do Termo de Parceria. O Relatório Descritivo da Gestão dos Projetos de Oficinas constitui um instrumento de sistematização das informações operacionais deste processo, a partir dos dados dos relatórios enviados pelas equipes técnicas. A OSCIP parceira deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório Descritivo que contemple as seguintes informações:

- número de oficinas (por UPC, município e geral);
- percentual de oficinas de acordo com o período do dia (manhã, tarde, tarde/noite e noite);
- percentual de oficinas de acordo com modalidade (esporte, cultura, arte, educação profissional);
- percentual de oficinas por local de realização (escola; creches; centros e associação comunitárias; igrejas; quadras públicas, campos de futebol e complexos esportivos; espaços alugados; praças e parques públicos; ruas e becos; Unidade de Prevenção; Centros de Referência da Assistência Social; outros);
- número de oficinas implantadas, suspensas e encerradas (por UPC, município e geral);
- número de oficinairos (por UPC, município e geral);
- percentual de oficinairos (por UPC, município e geral);
- percentual de oficinairos por sexo e faixa etária (por UPC, município e geral);
- número de jovens em oficinas (por UPC, município e geral);
- número absoluto de jovens em oficinas (por UPC, município e geral);
- média de jovens por oficina (por UPC e geral);
- perfil dos jovens que frequentam as oficinas (por sexo e idade);
- frequência média dos jovens às oficinas (por modalidade e geral);
- frequência de encontros realizados em oficinas.

No 5º período avaliatório foi previsto a elaboração de 3 relatórios descritivos da gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! e todos foram elaborados a despeito da entrega com atraso.

Relatório referente ao mês de Agosto de 2018 - Data de Entrega 25/09/2018

Relatório referente ao mês de Setembro de 2018 - Data de Entrega 22/10/2018

Relatório referente ao mês de Outubro 2018 - Data de Entrega 21/11/2018

Abaixo seguem algumas informações relativas ao relatório apresentado referente aos meses de agosto, setembro e outubro:

DADOS GERENCIAIS - PROGRAMA FICA VIVO! AGOSTO A OUTUBRO			
INDICADORES	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
Número de Projetos de Oficinas Ativos	385	387	385
Número de Jovens atendidos	8.747	8.851	9.166
Número de Atendimentos	10.318	10.054	10.469
Número de Oficinairos com Oficinas Ativas	332	338	336
Média de jovens por oficina	22,71	22,87	23,80

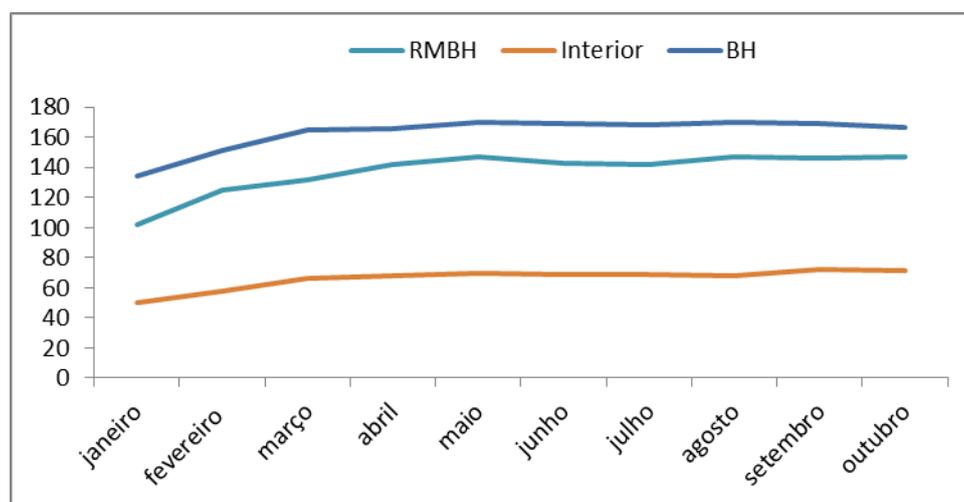
Neste período observamos certa estabilidade tanto nos números de projetos executados como no número de jovens atendidos no programa.

NÚMERO DE PROJETOS DE OFICINA POR MUNICÍPIO - PROGRAMA FICA VIVO SETEMBRO A NOVEMBRO DE 2018			
MUNICÍPIO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO
Belo Horizonte	170	169	167

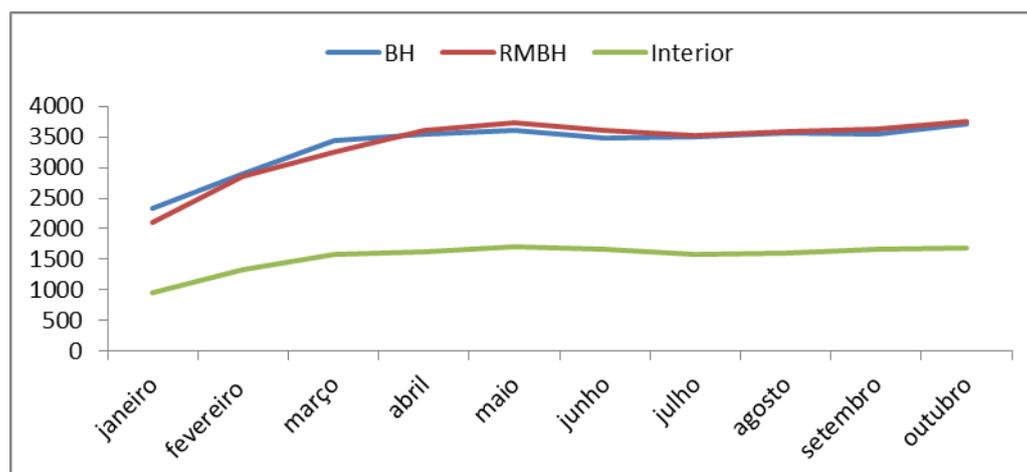
Betim	48	49	49
Contagem	28	28	27
Juiz de Fora	-	4	5
Ribeirão das Neves	33	31	32
Santa Luzia	27	27	28
Vespasiano	11	11	11
Ipatinga	13	13	13
Governador Valadares	15	16	14
Montes Claros	26	26	26
Uberlândia	14	13	13
Total	385	387	385

A distribuição das oficinas por local, Belo Horizonte, RMBH e interior também manteve certa estabilidade, conforme podemos observar tanto pelo gráfico abaixo.

NÚMERO DE PROJETOS DE OFICINAS POR REGIÃO - JANEIRO A OUTUBRO - PROGRAMA FICA VIVO!, 2018

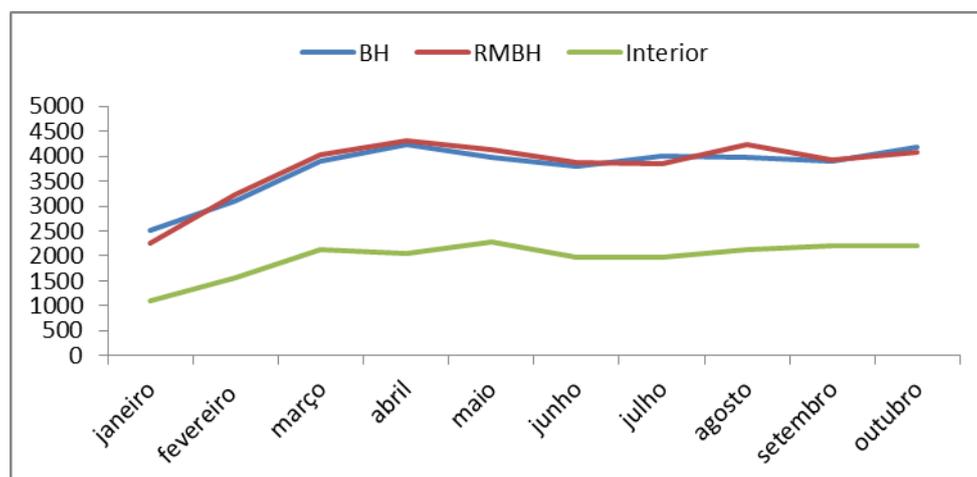


NÚMERO DE JOVENS ATENDIDOS EM OFICINAS POR REGIÃO - JANEIRO A OUTUBRO - PROGRAMA FICA VIVO!, 2018



A estabilidade tanto do número de jovens como do número de atendimentos está associada diretamente à estabilidade também no número de projetos de oficinas.

NÚMERO DE ATENDIMENTOS POR REGIÃO - JANEIRO A OUTUBRO - PROGRAMA FICA VIVO!, 2018



Com relação à distribuição das oficinas por modalidade, há uma grande concentração delas nas modalidades esportivas coletivas como futebol, mas também merecem destaque aquelas associadas a arte e cultura como as de dança e música. Embora haja um processo contínuo de avaliação e acompanhamento dos projetos de oficinas há certa regularidade, o que permite também a criação de vínculos com os jovens, dos projetos executados. Assim, boa parte dos projetos já têm mais de 5 meses de execução nesse no Termo de Parceria.

DISTRIBUIÇÃO DAS OFICINAS POR MODALIDADE JUNHO - 2018

	Agosto	Setembro	Outubro
Futebol	164	162	162
Dança	39	38	38
Música	33	35	35
Outros Esportes (Basquete, Vôlei, handball, skate)	32	32	32
Outra (Informática, Circo, Confeitaria,)	29	29	28
Graffiti	28	29	29
Estética e Beleza (Barbearia, Cabeleireiro, Manicure, Autocuidado, Autoimagem)	24	24	24
Capoeira	13	13	13
Artes Marciais e Lutas	13	13	13
Arte (teatro e pintura, artesanato)	12	12	12
Total	385	387	385

DISTRIBUIÇÃO DAS OFICINAS POR HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO JUNHO - 2018

	Agosto	Setembro	Outubro
TARDE/NOITE	178	174	170
TARDE	128	132	136
NOITE	44	43	41
MANHA/TARDE	11	14	14
MANHA	10	10	10
MANHA/NOITE	8	8	8
MANHA/TARDE/NOITE	6	6	6
TOTAL	385	387	385

No que se refere aos locais de execução das escolas e locais públicos como praças e campos constituem os principais parceiros do programa e dosicineiros na execução dos projetos o que reitera a perspectiva do programa de atender os jovens, nessa modalidade, em locais que constituem sua referência. A despeito disso, para além dos atendimentos nas oficinas, conforme demonstrado no indicador de atendimento, osicineiros tem se esforçado também para realizar projetos de circulação com os jovens na o intuito de favorecer o conhecimento a possibilidade e ocupação de novos espaços e perspectivas.

DISTRIBUIÇÃO DAS OFICINAS POR LOCAL DE FUNCIONAMENTO -JUNHO DE 2018

LOCAIS	Agosto	Setembro	Outubro
ACADEMIAS	3	3	3
ASSOCIAÇÕES	35	35	35
CAMPOS DE FUTEBOL	38	38	40
CASA OFICINEIRO	5	6	5
CENTROS COMUNITARIOS	6	6	6
CENTROS DE CULTURA	13	11	11
CRAS	16	16	16
CRECHES	7	7	7
ESCOLAS	87	89	88
ESPAÇOS ALUGADOS	21	19	19
IGREJAS	19	22	22
MAIS DE UM ESPAÇO	3	6	6
PARQUES PUBLICOS	3	4	4
PRAÇAS	29	29	28
QUADRAS PÚBLICAS	49	49	48
RUAS E BECOS	19	23	24
UPC	13	11	10
OUTROS ESPAÇOS	6	8	6
SI	13	5	7
TOTAL	385	387	385

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios mensais elaborados da OSCIP parceira para a SESP/SUPEC

Área Temática: Gestão da Parceria**Indicador nº 7.1: Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica**

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
100%	-

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O Procedimento de Checagem Amostral ocorreu no dia 12/12/2018, portanto, até a data de entrega deste relatório não se tinha informações sobre a conclusão da análise dos processos de compra e contratações da entidade.

A mesma será apresentada pela Comissão Supervisora na reunião da Comissão de Avaliação do Termo de Parceria.

Fonte de comprovação do indicador

Relatórios de Checagem Amostral (e Relatórios de Checagem de Efetividade, quando for o caso) elaborados pela Comissão Supervisora do Termo de Parceria em conjunto com os seus assessores, conforme modelo da SEPLAG.

Área Temática: Gestão da Parceria**Indicador nº 7.2: Efetividade do monitoramento do Termo de Parceria****Meta do período avaliatório****100%****Resultado do período avaliatório**

-

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Para este período avaliatório foram previstas 3 ações relativas à efetividade do monitoramento do Termo de Parceria. Abaixo segue a descrição das ações realizadas.

Nº	AÇÃO	PRAZO	DATA DA REALIZAÇÃO
7	Encaminhar ao supervisor do TP, a cada período avaliatório, Relatório Gerencial de Resultados e Relatório Gerencial Financeiro, devidamente assinados.	RGF: até 10 dias após o final do período de avaliatório. RGR: até 15º dia após o final do período avaliatório.	11/12/2018 13/12/2018
8	Encaminhar aos membros da Comissão de Avaliação, a cada período avaliatório, Relatório Gerencial de Resultados e Relatório Gerencial Financeiro, devidamente analisados e assinados.	Antecedência mínima de cinco dias úteis da data da reunião da Comissão de Avaliação.	17/12/2018
9	Realizar a cada período avaliatório, as Checagens Amostrais Periódicas e Checagem de Efetividade (esta se for o caso) gerando relatórios conclusivos e apresentando-o(s) aos membros da CA	Até o dia 20 de cada mês previsto no Cronograma de Avaliação para realização da reunião da Comissão de Avaliação	12/12/2018
10	Garantir, a cada período avaliatório, que as avaliações do Termo de Parceria - Reuniões da Comissão de Avaliação - sejam realizadas nos prazos previstos no Termo de Parceria	Cronograma e Avaliação Previsto no Termo de Parceria	21/12/2018
11	Disponibilizar os Relatórios Gerenciais de Resultados e Relatórios Gerenciais Financeiros, devidamente assinados, nos sítios eletrônicos da SESP e da OSCIP.	Até 15 dias após a assinatura do documento	26/10/2018
12	Disponibilizar os Relatórios da Comissão de Avaliação, devidamente assinados, no sítio eletrônico da SESP ou da Política Pública e da OSCIP.	Até 15 dias após a assinatura do documento	26/10/2018

Fonte de comprovação do indicador

Página da Publicação.

Termo de Parceria / Termo(s) de Apostila.

Página da Publicação.

E-mail enviado para o NCPO/SEPLAG, contendo o print das telas dos sítios eletrônicos.

E-mail enviado para o NCPO/SEPLAG, contendo o print das telas do sítio eletrônico.

E-mail enviado para o NCPO/SEPLAG, contendo o print das telas do sítio eletrônico.

Comprovante de Protocolo/SIGED, cópia digitalizada do ofício de encaminhamento ou e-mail de encaminhamento dos documentos, em formato digital, devidamente assinados.

Comprovante de Protocolo/SIGED, cópia digitalizada do ofício de encaminhamento ou e-mail de encaminhamento dos documentos, em formato digital, devidamente assinados.

Relatórios de Checagens Amostrais Periódicas e Checagem de Efetividade, (este se for o caso).

Relatórios da Comissão de Avaliação.

E-mail enviado para o NCPO/SEPLAG, contendo o print das telas dos sítios eletrônicos.

E-mail enviado para o NCPO/SEPLAG, contendo o print das telas dos sítios eletrônico.

Lista de presença da reunião.

3 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

QUADRO 2 - COMPARATIVO ENTRE OS PRODUTOS PREVISTOS E REALIZADOS

Área Temática	Produto	Peso (%)	Término Previsto	Término Realizado	Status
2 Ações Transversais da Política de Prevenção à Criminalidade	2.2 Diagnóstico do Perfil Sociodemográfico do Público dos Programas de Base Municipal	10	Agosto/2018	Outubro/2018	Cumprido Integralmente

Área Temática 2: Ações Transversais da Política de Prevenção à Criminalidade

Produto 2.2 – Diagnóstico do Perfil Sociodemográfico do Público dos Programas de Base Municipal

Duração		Status
Término previsto	Término realizado	
31/10/2018	20/10/2018	Cumprido Integralmente Dentro do Prazo

Informações relevantes acerca da execução do produto no período avaliatório

Esse Diagnóstico define-se, basicamente, pela descrição do perfil do público em geral dos atendidos pelos Programa CEAPA e PRESP, de modo a fornecer elementos para estudos e análises para intervenções e inovações quanto à prevenção social à criminalidade.

Critério de aceitação: diagnóstico aprovado pela SESP/SUPEC

Fonte de comprovação: e-mail ou ofício da SESP/SUPEC de aprovação do diagnóstico

Duração: 9º ao 11º mês

Dados e Métodos

Para operacionalizar este produto foram utilizadas bases de dados de cadastro das inscrições dos usuários dos Programas CEAPA e PRESP.

Como cada programa tem público diferente, as informações contidas em cada uma das bases de dados bem como seus processos de coleta e processamento são distintos. Dessa forma, a análise do perfil de cada público se restringe às possibilidades de cada base de dados.

A base de dados do Programa CEAPA se estrutura com um cadastro de registro das inscrições de todas as modalidades de Alternativas Penais. Ela possui, portanto, informações associadas ao perfil de cada usuário bem como da alternativa penal associada a cada indivíduo. Como cada UPC possui uma base de dados padrão com um conjunto de variáveis definidas nos formulários do Programa primeiramente foi necessário agregar todos os casos em uma única base de dados. Foi utilizada como referência para a análise a base de dados do mês de setembro de 2018 que concentra todos os casos atendidos no programa entre dezembro de 2017 e setembro de 2018. Primeiramente fez-se uma descrição simples do perfil do público atendido a partir de tabelas de frequência. Em seguida elaboraram-se algumas tabelas de referência cruzada na tentativa de compreender como o perfil do público está associado às alternativas penais aplicadas.

Para o Programa PRESP utilizou-se a base de dados de inscrição dos usuários no Programa. Ela consiste em uma base para o cadastramento de algumas informações sociodemográficas e da situação jurídica dos usuários que chegam ao programa tanto espontaneamente como para cumprimento de alguma condicionalidade. O período de referência também é de egressos atendidos entre dezembro de 2017 e setembro de 2018. Da mesma forma, foram elaboradas tabelas descritivas para descrever o perfil do público e da sua situação jurídica e também tabelas de referência cruzada na tentativa de captar algum padrão de associação entre o perfil e os delitos penas aplicadas a cada indivíduo.

Tanto para o Programa CEAPA quanto para o PRESP há níveis diferentes de respostas para cada uma das questões presentes nos formulários. Dessa forma, para cada uma das tabelas, os valores totais não necessariamente serão correspondentes. Por não saber o padrão dos casos omissos, optamos por não incluir os casos de não respostas nas tabelas a fim de ter uma distribuição mais precisa das repostas em casa variável.

Resumo dos Resultados – CEAPA

As tabelas abaixo descrevem o perfil do público inscrito no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais entre dezembro de 2017 e setembro de 2018. Elas apresentam dados descritivos do sexo, idade, grau de escolaridade, raça/cor, estado civil, situação ocupacional, renda e situação jurídica. Buscou-se também realizar alguns cruzamentos de dados na busca de compreender possíveis padrões na aplicação das alternativas penais.

Conforme podemos observar pela tabela abaixo, mais de 80% do público do programa se constitui de homens. Isso reproduz de certa forma o contexto do sistema prisional.

Sexo	Frequência	Percentual
Masculino	6493	83,61%
Feminino	1273	16,39%
Total	7766	100,00%

Observa-se também que uma parcela significativa do público se refere à jovens com até 29 anos. 48,85% das Alternativas Penais que chegaram ao programa no período analisado tiveram como apenados jovens de até 29 anos.

Distribuição por grupos etários	Frequência	Percentual
20 a 24 anos	1905	24,62%
30 a 39 anos	1815	23,45%
25 a 29 anos	1299	16,79%
40 a 49 anos	1124	14,52%
50 a 59 anos	662	8,55%
18 a 19 anos	576	7,44%
60 anos ou mais	358	4,63%
Total	7739	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Da mesma forma, uma parcela significativa do público para os quais se tem informação se constitui de indivíduos solteiros.

Estado Civil	Frequência	Percentual
Solteiro	3475	54,83%
Casado	1356	21,39%
Separado	170	2,68%
Divorciado	322	5,08%
Viúvo	69	1,09%
União Estável	946	14,93%
Total	6338	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

A distribuição por raça/cor aponta que mais de 60% das pessoas que chegam ao programa para cumprir pena são da cor/raça negra (pretos + pardos). A conexão de sexo, idade, raça/cor estado civil e tipo de delito cometido, revela certo padrão do público do programa correspondente de certa maneira ao público também presente no sistema prisional.

Cor/Raça	Frequência	Percentual
Branco	1512	24,47%
Preto	1107	17,92%
Pardo	2922	47,29%
Amarelo	93	1,51%
Indígena	29	0,47%
Outra	516	8,35%
Total	6179	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

A despeito da baixa proporção de analfabetos, 41,74% dos casos para os quais se tem informação têm apenas o ensino fundamental ((2042+617)/6374)). Embora todos os usuários tenham mais de 18 anos, mais de metade não completou o ensino médio.

Grau de escolaridade	Frequência	Percentual
Fundamental Incompleto	2042	32,04%
Médio Completo	1576	24,73%
Médio Incompleto	1278	20,05%
Fundamental Completo	617	9,68%
Superior Incompleto	434	6,81%
Superior Completo	262	4,11%
Analfabeto	85	1,33%
Pós-graduação	80	1,26%
Total	6374	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Sob a ótica do trabalho, o público continua apresentando certa vulnerabilidade já que embora 95% dele esteja em idade ativa, apenas uma parcela dele desenvolve alguma atividade remunerada. O que conjugado com a situação ocupacional corrobora com a vulnerabilidade descrita.

Exerce alguma atividade remunerada	Frequência	Percentual
Sim	4710	75,23%
Não	1551	24,77%
Total	6261	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Para as pessoas que desenvolvem alguma atividade remunerada, apenas, 21,92% delas o fazem em trabalhos com carteira de trabalho assinada. Um conjunto significativo desenvolve suas atividades em situações precárias com trabalhos sem registro em carteira, como autônomos sem o respaldo da previdência social, realizando bicos, desempregados e até desocupados.

Situação ocupacional	Frequência	Percentual
Empregado com CT	1375	21,92%
Autônomo sem Previdência	1163	18,54%
Bicos	1070	17,06%
Desempregado (Caso tenha procurado emprego no último mês)	836	13,33%
Empregado sem CT	519	8,27%
Autônomo com Previdência	492	7,84%
Aposentado	240	3,83%
Desocupado (Caso não tenha procurado emprego no último mês)	214	3,41%
Estudante	97	1,55%
Funcionário Público	97	1,55%
Afastado INSS	67	1,07%
Do Lar	63	1,00%
Pensionista	23	0,37%
Trabalhador Rural	17	0,27%
Total	6273	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

A situação de vulnerabilidade também se apresenta quando se analisa o nível de renda recebido pelas pessoas no trabalho desenvolvido. 80% dos usuários recebem até 2 salários mínimos.

Remuneração recebida pelo trabalho	Frequência	Percentual
Acima de R\$ 954,00 até R\$ 1.908,00	2170	47,97%
Até R\$ 954,00	1451	32,07%
Acima de R\$ 1.908,00 até R\$ 2.862,00	495	10,94%
Mais do que R\$ 4.770,00	174	3,85%
Acima de R\$ 2.862,00 até R\$ 3.816,00	153	3,38%
Acima de R\$ 3.816,00 até R\$ 4.770,00	81	1,79%
Total	4524	100,00%

FONTES: INSTITUTO ELO, 2018

No que se refere ao uso de drogas lícitas, mais da metade dos usuários atendidos relataram usar algum tipo.

Uso de Drogas Lícitas	Frequência	Percentual
Sim	3638	58,09%
Não	2625	41,91%
Total	6263	100,00%

FONTES: INSTITUTO ELO, 2018

Já com relação ao uso de drogas ilícitas, apenas 18,44% relataram o uso de alguma.

Uso de Drogas Ilícitas	Frequência	Percentual
Não	5051	81,56%
Sim	1142	18,44%
Total	6193	100,00%

FONTES: INSTITUTO ELO, 2018

Com relação ao relato de violência sofrida, 29,49% dos usuários relataram já ter sofrido alguma situação de violência.

Relato de Violência sofrida	Frequência	Percentual
Não	3342	70,51%
Sim	1398	29,49%
Total	4740	100,00%

FONTES: INSTITUTO ELO, 2018

Após essa descrição geral do perfil do público apenado com Alternativas Penais, é interessante identificar o perfil das penas aplicadas a eles na tentativa de compreender se existe algum padrão na aplicabilidade dessas medidas.

Distribuição dos delitos cometidos pelos usuários	Frequência	Percentual
Uso de drogas	1782	23,26%
Crimes relacionados ao trânsito	1714	22,37%
Outros crimes	812	10,60%
Crimes relacionados às violências de gênero e intrafamiliar	790	10,31%
Violências comunitárias ou interpessoal fora do âmbito gênero/intrafamiliar	568	7,41%
Crimes contra a administração pública	549	7,17%
Crimes relacionados ao comércio de drogas	408	5,32%
Crimes contra o patrimônio	316	4,12%
Crimes relacionados ao meio ambiente	280	3,65%
Jogos de azar	232	3,03%
Crimes relacionados ao porte de armas	191	2,49%
Crimes contra a honra	20	0,26%

Total	7662	100,00%
-------	------	---------

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018

É possível visualizar que os principais delitos cometidos pelos usuários estão associados ao uso de drogas e crimes de trânsito. Essas duas categorias de delitos correspondem a 45,62% da distribuição dos delitos. Vale destacar também a proporção de usuários que chegam ao programa por ter cometido delitos associados à violência de gênero e intrafamiliar, bem como violências comunitárias e interpessoais.

Ao mesmo tempo é importante descrever os tipos de institutos jurídicos aplicados aos usuários. Observa-se que o elemento mais utilizado para a punição/reeducação dos usuários é o de transação penal, seguido pela pena restritiva de direito e pela suspensão condicional do processo.

Alternativas penais por tipo de instituto jurídico	Frequência	Percentual
Transação Penal	4908	63,56%
Pena Restritiva de Direito	1189	15,40%
Suspensão Condicional do Processo	948	12,28%
Medida Protetiva de Urgência	461	5,97%
Medida Cautelar diversa da prisão	172	2,23%
Suspensão Condicional da Pena (SURDIS)	39	0,51%
Regime Aberto	5	0,06%
Práticas de Justiça Restaurativa	0	0,00%
TOTAL	7722	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018

Associados aos institutos jurídicos estão também os tipos de penas aplicadas aos usuários. Observa-se que a Prestação de Serviços à Comunidade constitui-se com a referência nas medidas aplicadas. Junto a ela também está o Projeto de Execução de Alternativas Penais, somadas, essas duas modalidades de penas correspondem à mais de 90% dos tipos de penas aplicadas.

Alternativas Penais por tipo de pena aplicada	Frequência	Percentual
Prestação de Serviço à Comunidade	3994	51,51%
Projeto de Execução de Alternativa Penal	3151	40,64%
Prestação de Serviço à Comunidade + Projeto de Execução de Alternativa Penal	242	3,12%
Prestação de Serviço à Comunidade + Pena Pecuniária	180	2,32%
Outro	149	1,92%
Medida Cautelar	38	0,49%
Prática Restaurativa	0	0,00%
TOTAL	7754	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018

Dentre as Penas de Projetos de Execução de Alternativas Penais é possível identificar os tipos de projetos que os usuários participam. Associado também ao volume de Penas vinculadas a cada delito, boa parte dos grupos estão associadas a grupos de drogas, trânsito e gênero.

Penas de Projetos Temáticos por tipo	Frequência	Percentual
Projeto de Execução Penal sobre Drogas	1361	39,56%
Projeto de Execução Penal sobre Trânsito	1220	35,47%
Projeto de Execução Penal sobre Violência de Gênero	669	19,45%
Projeto de Execução Penal sobre Múltiplas Violências	84	2,44%
Projeto de Execução Penal sobre Meio Ambiente	46	1,34%
Projeto de Execução Penal sobre Drogas - Tráfico	33	0,96%

Outros tipos de grupos	26	0,76%
Projeto de Execução Penal sobre Crimes Eleitorais	1	0,03%
TOTAL	3440	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Observa-se também que boa parte das penas têm como origem os juizados especiais. Quase dois terços das penas têm origem nesse juízo. Além dele, as varas criminais e as de execuções criminais constituem também as principais origens das penas recebidas no programa.

Alternativas Penais por origem do aplicador	Frequência	Percentual
Juizado Especial	4869	62,75%
Varas Criminais	1439	18,55%
Vara de Execuções Criminais	1094	14,10%
Varas Federais	197	2,54%
Vara de Precatórias	72	0,93%
Outros	31	0,40%
Justiça Eleitoral	29	0,37%
Audiência de custódia	25	0,32%
Vara do Tribunal do Júri	3	0,04%
TOTAL	7759	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Após a análise descritiva do perfil, optamos por testar a existência de relação entre a distribuição dos usuários por delitos e raça/cor. Existe um padrão racial e de delitos que chegam ao programa, conforme foi possível constatar nas tabelas iniciais. Algum grupo de cor/raça tem maior chance de chegar ao programa por algum tipo de delito? Isso pode significar um maior controle e vigilância sobre algum grupo racial? A tabela abaixo, embora não apresente nenhuma relação de causalidade entre as duas variáveis, apresenta alguns padrões de chances diferentes para brancos e negros chegarem ao programa por determinados tipos de delitos.

Distribuição dos Usuários por tipo de delito e raça/cor						
	Branco	Pardo	Preto	Amarelo	Indígena	Total
Uso de drogas	230	530	225	20	0	1005
Crimes relacionados ao comércio de drogas	77	179	83	7	0	346
Crimes relacionados ao trânsito	277	513	174	18	0	982
Crimes relacionados ao meio ambiente	65	116	45	5	0	231
Crimes relacionados às violências de gênero e intrafamiliar	142	390	121	10	0	663
Violências comunitárias ou interpessoal fora do âmbito gênero/intrafamiliar	17	31	11	0	0	59
Jogos de azar	62	99	35	4	0	200
Outros crimes	37	47	20	1	0	105
Crimes relacionados ao porte de armas	49	89	28	4	0	170
Resistência/Desobediência/Desacato	101	243	109	6	0	459
Crimes contra o patrimônio	75	142	50	5	0	272
Crimes contra a honra	3	9	4	0	0	16
Não soube responder	21	26	10	0	0	57
Total	1156	2414	915	80	0	4565

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

A primeira questão que chama a atenção é que há uma maior proporção de negros (pretos+ pardos) cumprindo pena no programa. Essa proporção gira em torno de 2,87, o que significa dizer que para cada pessoa que chega ao programa para cumprir pena e se classifica como branca outras 2,87 se classificam como negras. Para que não existisse possíveis distorções na penalização de determinados grupos de forma

diferenciada que outros, as chances de cada um chegar ao programa para cumprir pena por determinados tipos de delitos deveria ser similar a sua proporção no programa.

Se analisarmos os delitos que abarcam maiores quantidade de usuários cumprindo pena, por exemplo, uso de drogas, observa-se que um negro tem uma chance de 3,73 vezes maior de cumprir pena no programa por esse motivo que um branco quando calculamos a razão de chance comparativa entre os grupos. Da mesma forma, a chance de um negro cumprir pena por crimes relacionados ao comércio de drogas é 3,40 vezes maior que a de um branco.

Resumo dos Resultados - PRESP

As tabelas abaixo descrevem o perfil do público inscrito no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional entre dezembro de 2017 e junho de 2018. Elas apresentam dados descritivos do sexo, idade, grau de escolaridade, raça/cor, estado civil, situação ocupacional, renda, religião e situação jurídica. Buscou-se também realizar alguns cruzamentos de dados na busca de compreender possíveis padrões.

Conforme podemos observar pela tabela abaixo, mais de 90% do público do programa se constitui de homens. Isso reproduz de certa forma o contexto do sistema prisional.

Sexo	Frequência	Percentual
Masculino	2422	94,20%
Feminino	149	5,80%
Total	2571	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Constata-se também, assim como no CEAPA, que uma parcela significativa do público se refere à jovens com menos de 29 anos. 50,48% dos egressos que chegaram ao programa no período analisado tinham até 29 anos de idade.

Distribuição por grupos etários	Frequência	Percentual
30 a 39 anos	783	30,46%
20 a 24 anos	639	24,85%
25 a 29 anos	631	24,54%
40 a 49 anos	342	13,30%
50 a 59 anos	109	4,24%
60 anos ou mais	39	1,52%
18 a 19 anos	28	1,09%
Total	2571	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

É possível observar também que mais da metade dos egressos atendidos no programa são solteiros.

Estado Civil	Frequência	Percentual
Solteiro	1476	57,70%
União Estável sem declaração	366	14,31%
Casado	318	12,43%
União estável com declaração	245	9,58%
Divorciado	91	3,56%
Separado	46	1,80%
Viúvo	16	0,63%
Total	2558	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018

A distribuição por raça/cor aponta que mais de 60% dos egressos que chegam ao programa se declaram da cor/raça negra (pretos +pardos), 62,32%.

Cor/Raça	Frequência	Percentual
Parda	1060	42,95%
Preta	478	19,37%
Branca	450	18,23%
Outra	438	17,75%
Amarela	35	1,42%
Indígena	7	0,28%
Total	2468	100,00%

FONTES: INSTITUTO ELO, 2018

De forma ainda mais profunda que no CEAPA, 1 de cada dois usuários do PRESP tem apenas o ensino fundamental incompleto como grau de escolaridade. Mais de 60% do público atendido no programa entre dezembro de 2017 e setembro de 2018 têm apenas o ensino fundamental.

Grau de escolaridade	Frequência	Percentual
Fundamental incompleto	1244	49,86%
Médio incompleto	485	19,44%
Médio completo	334	13,39%
Fundamental completo	293	11,74%
Analfabeto funcional	43	1,72%
Superior incompleto	43	1,72%
Analfabeto	27	1,08%
Superior completo	24	0,96%
Pós-graduação	2	0,08%
Total	2495	100,00%

FONTES: INSTITUTO ELO, 2018

Novamente, embora 98% do público atendido no programa esteja em idade ativa, apenas 54,48% dele exerce alguma atividade remunerada.

Exerce alguma atividade remunerada	Frequência	Percentual
Sim	1350	54,48%
Não	1128	45,52%
Total	2478	100,00%

FONTES: INSTITUTO ELO, 2018

Se analisarmos a situação de empregabilidade, da proporção que exerce alguma atividade remunerada, constatamos a real situação de vulnerabilidade do público já que 22,54% deles fazem bicos, 10,24% são autônomos sem respaldo do INSS e 8,27% são empregados sem carteira de trabalho assinada.

Situação ocupacional	Frequência	Percentual
Desempregado	1013	40,85%
Bicos	559	22,54%
Empregado com CT	261	10,52%
Autônomo sem PS	254	10,24%
Empregado sem CT	205	8,27%
Desocupado	56	2,26%

Autônomo com PS	40	1,61%
Aposentado	36	1,45%
Microempreendedor Individual - MEI	19	0,77%
Afastado INSS	17	0,69%
Funcionário público	7	0,28%
Empregador	4	0,16%
Pensionista	3	0,12%
Trabalhador rural	3	0,12%
Do lar/Dona de Casa	2	0,08%
Estudante	1	0,04%
Total	2480	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018

A distribuição dos usuários por nível de renda corrobora com o perfil vinculado à vulnerabilidade do egresso. Primeiramente 13,98% dos usuários não tem renda. De forma complementar, mais de 50% dos usuários atendidos têm renda de até 2 salários mínimos.

Remuneração recebida pelo trabalho	Frequência	Percentual
Não possui renda	238	13,98%
Até 01 SM	456	26,79%
Acima de 01 até 02 SM	498	29,26%
Acima de 02 até 03 SM	263	15,45%
Acima de 03 até 04 SM	139	8,17%
Acima de 04 até 05 SM	53	3,11%
Acima de 05 SM	55	3,23%
Total	1702	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018

Uma parcela significativa dos egressos atendidos no programa relata ter religião evangélica. Esse grupo equivale a 44,39% do público atendido entre dezembro de 2017 e setembro de 2018. Cabe destaque também para o percentual do público que relata ser católico, valor que corresponde a 25,99%.

Religião	Frequência	Percentual
Evangélica	1127	44,39%
Católica	660	25,99%
Sem religião	624	24,58%
Outras	78	3,07%
Espírita	39	1,54%
Testemunhas de Jeová	5	0,20%
Umbanda	3	0,12%
Ateísmo	1	0,04%
Budismo	1	0,04%
Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias (Mórmons)	1	0,04%
Candomblé	0	0,00%
Judaísmo	0	0,00%
Religiões orientais	0	0,00%
Total	2539	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018

No que se refere à configuração familiar dos egressos podemos observar que uma parcela significativa deles tem filhos. Aproximadamente 40% dos egressos atendidos no período declararam ter pelo menos um filho.

A situação jurídica do público atendido consiste em descrever quais delitos foram cometidos pelos egressos, o tempo de condenação, o tempo de permanência no sistema prisional e se ele já cumpriu pena por outras condenações. Além disso, buscou-se também tentar compreender se há diferenças na composição por raça/cor no que se refere aos tipos de delitos cometidos e ao tempo de pena recebido e cumprido.

Conforme podemos observar, quase metade dos usuários atendidos no PRESP no período cumpriu pena devido a delitos de roubo, um quarto deles também cumpriu pena devido a delitos relacionados ao tráfico de drogas. Ao analisarmos o perfil desses egressos, percebemos que em sua maioria são jovens de até 29 anos, do sexo masculino, com baixa escolaridade.

tipo de Delito cometido pelo Egresso	Frequência	Percentual
1. Art. 157, CPB - Roubo	1216	47,30%
6. Art. 33, Lei 11343/06 - Tráfico Ilícito de Drogas	663	25,79%
3. Art. 155, CPB Furto	155	6,03%
8. Art. 121, CPB - Homicídio	136	5,29%
25. Outros	93	3,62%
9. Art. 121, c/c 14 CPB - Tentativa de Homicídio	36	1,40%
2. Art. 157, § 3º CPB - Latrocínio	26	1,01%
12. Art. 217-A, CPB - Estupro de Vulnerável	26	1,01%
20. Art. 129, CPB - Lesão Corporal	26	1,01%
10. Art. 121, §2º CPB - Homicídio qualificado	22	0,86%
17. Art. 14, Lei 10826/03 - Posse ilegal de arma de fogo de uso permitido	21	0,82%
26. Sem Informação	21	0,82%
21. Art. 180, CPB - Receitação	20	0,78%
11. Art. 213, CPB - Estupro	19	0,74%
7. Art. 35, Lei 11343/06 - Associação para o Tráfico	17	0,66%
13. Art. 171, CPB - Estelionato	17	0,66%
18. Art. 16, Lei 10826/03 - Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito	13	0,51%
4. Art. 12, Lei 63681/76 - Tráfico - Lei antiga	11	0,43%
16. Art. 12, Lei 10826/03 - Posse irregular de arma de fogo de uso proibido	9	0,35%
22. Art. 158, CPB - Extorsão	6	0,23%
5. Art. 28, Lei 11343/06 - Uso de Drogas	5	0,19%
14. Art. 297, CPB - Falsificação de Doc. Público	4	0,16%
15. Art. 10, Lei 9437/97 - Porte Ilegal - Lei antiga	3	0,12%
23. Art. 159, CPB - Extorsão mediante sequestro	3	0,12%
19. Art. 17, Lei 10826/03 - Comércio ilegal de arma de fogo	2	0,08%
24. Art. 148, CPB - Sequestro e Cárcere Privado	1	0,04%
Total	2571	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Observa-se também que a maior parte dos usuários cumpriram penas relativamente longas, de 5 a 10 anos. Obviamente isso está relacionado às tipificações penais às quais os delitos cometidos estão associados.

Tempo de Condenação	Frequência	Percentual
De 5 a 10 anos	789	53%
De 3 a 5 anos	254	17%
Acima de 10 anos	253	17%
De 1 a 3 anos	127	9%
Até 1 ano	57	4%
Total	1480	100%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Ao contrário do senso comum, o tempo de permanência no sistema prisional é relativamente alto dadas as progressões de regime e as tipificações penais. 17% do público atendido no programa ficou 3 anos ou mais no sistema prisional.

Tempo de permanência na prisão	Frequência	Percentual
De 1 a 3 anos	612	43%
Até 1 ano	391	27%
De 3 a 5 anos	220	15%
De 5 a 10 anos	153	11%
Acima de 10 anos	46	3%
Total	1422	100%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Uma parcela significativa do público também ainda está respondendo processo por outras condenações.

Outras condenações anteriores que o egresso ainda está respondendo	Frequência	Percentual
Não	1781	72,02%
Sim	692	27,98%
Total	2473	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Ao mesmo tempo, 16,03% dos egressos atendidos já tinham passado também na adolescência pelo sistema de cumprimento de medidas socioeducativas.

Já cumpriu medida socioeducativa	Frequência	Percentual
Não	2037	83,97%
Sim	389	16,03%
Total	2426	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Conforme descreve a tabela abaixo, 2,69% dos usuários atendidos no PRESP relataram também ser acompanhados por outros programas da Prevenção.

Além de descrever de maneira geral o público, buscou-se também compreender, a partir da relação entre raça/cor e delitos e raça/cor delitos e tempo de condenação/permanência no sistema prisional possíveis padrões de punibilidade do sistema judiciário que diferenciam os grupos. Para tanto calculamos a razão de chance de brancos e negros chegar ao programa depois de terem cumprido pena por certos tipos de delitos e também a razão de chance para um mesmo tipo de delito de um negro cumprir penas altas comparadas às chances de brancos.

Podemos observar que a chance de um negro atendido pelo programa ter cumprido pena por roubo, furto, tráfico e homicídio são sempre maiores que as dos brancos. Por outro lado, para o caso do delito de estelionato, as chances dos brancos são maiores. Chama a atenção o quanto a chance de um negro que foi atendido pelo programa ter cumprido pena por roubo que é 4,81 vezes maior que a de um branco.

Probabilidade de um usuário chegar ao programa para cumprir pena por raça/cor e razão de chance entre os grupos

	Roubo	Furto	Tráfico	Estelionato	Homicídio
Negro	0,3583	0,0477	0,1838	0,0023	0,0493
Branco	0,1040	0,0165	0,0571	0,0030	0,0164
Razão de Chance Negro/Branco	4,8105	2,9813	3,7216	0,7890	3,1137

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Buscou-se identificar também se havia diferenças na punição entre os grupos para a mesma tipificação penal. Como não há informações acerca da qualificação dos delitos que pode influenciar na pena aplicada, não é possível constatar diretamente se as diferenças encontradas estão associadas diretamente a raça/cor ou também a outros elementos não explícitos nos dados. Apesar disso, constatou-se que para um mesmo delito, negros têm uma chance 4,6 vezes maior de receberem uma pena de 5 a 10 anos e 3,6 vezes maior de receberem uma pena de 10 anos que os brancos.

Probabilidade de um usuário que cumpriu pena por roubo receber uma pena alta por raça/cor

	Tempo de Pena recebido	
	Entre 5 e 10 anos	Maior que 10 anos
Negro	0,3297	0,1073
Branco	0,0965	0,0318
Razão de Chance Negro/Branco	4,6068	3,6575

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Da mesma forma, no que se refere ao tempo de pena cumprido, a despeito de outros fatores intervenientes, os usuários que se declaram da cor/raça negra, sempre têm maiores chances de cumprirem mais tempo de pena comparados aos que se declaram como brancos.

Probabilidade de um usuário que chegou ao programa por roubo cumprir uma pena alta por raça/cor

	Tempo de Pena cumprido	
	Entre 5 e 10 anos	Maior que 10 anos
Negro	0,0419	0,0300
Branco	0,0155	0,0068
Razão de Chance Negro/Branco	2,7697	4,5569

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

O programa, nos atendimentos realizados, identifica vulnerabilidades a serem trabalhadas pelas equipes. Dentre as vulnerabilidades identificadas, destacam-se aspectos relacionados à baixa renda com 22,97% das intervenções, a regularização de documentação pessoal com 22,77%, e o desemprego com 15,61%.

Vulnerabilidades trabalhadas	Frequência	Percentual
Baixa renda	343	22,97%
Documentação irregular	340	22,77%
Desemprego	233	15,61%
Baixa escolaridade / qualificação	117	7,84%
Acesso precário ao sistema de justiça	91	6,10%
Uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas	91	6,10%
Estado de saúde	63	4,22%
Envolvimento criminal	59	3,95%
Conflitos familiares	43	2,88%
Violências	41	2,75%
Situação de rua	32	2,14%
Sofrimento mental	24	1,61%

Situação de moradia	16	1,07%
Total	1493	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Já sobre as intervenções realizadas pelo programa nas vulnerabilidades identificadas, destacam-se o atendimento ao egresso na própria UPCC, 53,7% das intervenções, e os encaminhamentos para a rede de proteção social, 33,12%.

Intervenções realizadas pelo programa	Frequência	Percentual
Atendimento ao egresso no CPC	1363	53,87%
Encaminhamentos para rede	838	33,12%
Discussão de caso com equipe	158	6,25%
Discussão de caso com a rede	87	3,44%
Atendimento familiar	74	2,92%
Grupo de demanda espontânea	5	0,20%
Visita domiciliar	5	0,20%
Total	2530	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Sobre os encaminhamentos realizados pelo programa, observa-se na tabela abaixo, que a maioria deles é relativo aos temas da assistência social, 37,80%, e trabalho, emprego e renda que corresponde a 15,06% dos encaminhamentos feitos.

Encaminhamentos por instituição	Frequência	Percentual
Assistência social	409	37,80%
Trabalho, emprego e renda	163	15,06%
Defensoria pública	69	6,38%
Saúde	68	6,28%
Outros	46	4,25%
Educação	44	4,07%
Poder judiciário	42	3,88%
Instituições federais	38	3,51%
Cartório	34	3,14%
Assistência jurídica	31	2,87%
Terceiro setor	29	2,68%
Polícia civil	27	2,50%
Tratamento de dependência química	24	2,22%
Direitos humanos	13	1,20%
Eleitoral	11	1,02%
Órgão municipal	11	1,02%
Segurança pública	6	0,55%
Habituação / infra-estrutura	5	0,46%
Ministério público	4	0,37%
Previdência social	4	0,37%
Conselhos	3	0,28%
Transporte e trânsito	1	0,09%
Prisional	0	0,00%
Serviços de atenção à mulher	0	0,00%
Sistema S	0	0,00%
Total	1082	100,00%

FONTE: INSTITUTO ELO, 2018.

Considerações finais

O relatório procurou identificar, a partir dos instrumentos disponíveis, o perfil do público atendido nos Programas de base municipal da Política de Prevenção à Criminalidade de Estado de Minas Gerais. Paralelamente a isso, ele buscou também apresentar alguns pontos que podem ser passíveis de discussão mais profunda por cada um dos programas.

No caso do Programa CEAPA, foi possível identificar que o público em sua maioria é do sexo masculino, com uma boa parcela de pessoas entre 18 e 29 anos, em sua maioria com declaração de cor/raça como negros e em situação de trabalho precário ou desempregado.

Foi possível constatar também que mais da metade dos usuários chegam ao programa para cumprir penas relacionadas a delitos de uso de drogas, trânsito e violência de gênero. Boa parte deles recebem penas de Prestação de Serviços à Comunidade e de participação em Grupos de Alternativas Penais oriundas em sua maioria dos juizados especiais e das varas criminais.

Foi possível discutir também a relação entre raça/cor e o tipo de pena que o usuário chega ao programa para cumprir. Identificou-se que usuários que se declaram da cor/raça negra tem maiores chances de chegar ao programa para cumprir penas relacionadas a delitos de uso de drogas e trânsito, indicando a necessidade de uma discussão sobre possíveis controles diferenciados e perspectivas de punição distintas para determinados grupos sociais.

No caso do PRESP foi possível reafirmar o que outros estudos acerca desse público já constataram por diversas vezes. Existe um encarceramento em massa de população mais pobre. Boa parte do público é jovem, da cor/raça negra, com baixa escolaridade com baixo nível de renda e potencial de empregabilidade. Uma parcela significativa tem cumprido pena devido a crimes de roubo, furto e tráfico de drogas. Ao mesmo tempo corroborando com o que foi identificado também para o CEAPA, existe uma diferenciação do ponto de vista racial no que se refere ao cumprimento de pena por tipos específicos de delitos e também na punição já que negros têm maiores chances de cumprirem pena por roubo, furto e tráfico e maiores chances também de receberem penas maiores para os mesmos delitos.

Fonte de comprovação do produto

E-mail ou ofício da SUPEC aprovando o produto

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No 5º período avaliatório do Termo de Parceria 044/ 2017 (01/09/2018 a 30/11/2018) houve um total de 19 indicadores com meta e 1 produtos. Deste total, como pode ser observado na leitura deste relatório gerencial, 10 indicadores tiveram suas metas alcançadas plenamente outros 9 indicadores tiveram suas metas alcançadas parcialmente. Além disso, a realização do produto previsto se deu dentro do prazo e aprovado pela SUPEC.

Como se pode observar, embora não se tenha atingido todas as metas pactuadas na sua plenitude, está cada vez mais o modelo de execução com resultados sólidos e amparados pelas adesões do público e parceiros às propostas de trabalho dos programas.

A despeito das dificuldades enfrentadas, cada vez mais os atendimentos dos programas têm se consolidado como uma referência na prevenção à criminalidade e mesmo diante das dificuldades financeiras, o Termo de Parceria e a Política de Prevenção tem se mantido regular na execução das suas atividades.

Cabe destaque também para o esforço empreendido pela Subsecretaria de Políticas de Prevenção à Criminalidade e pela Secretaria de Planejamento e Gestão para se garantir os repasses financeiros mesmo com atrasos, o que tem permitido a realização das atividades do programa de trabalho.

Nesse período, em novembro, o Termo de Parceria completou 12 meses de execução. Ao longo desses período, foram retomados os atendimentos de ponta da política de prevenção com a contratação progressiva das equipes técnicas dos 4 programas e dos oficineiros do Programa Fica Vivo. Mesmo num contexto financeiro desfavorável foi possível também implantar a Política de Prevenção em 4 mais municípios (Juiz de Fora – Base Local; Ibitaré - CEAPA; Divinópolis - CEAPA; Sete Lagoas - CEAPA). Em conjunto, os programas realizaram 173923 atendimentos ao longo do ano, o que significa realizar em média quase 14500 atendimentos por mês. Nesse período também foram atendidas mais de 33.000 mil pessoas nos 4 programas. Por tudo isso, a despeito da não execução integral de algumas metas, do contexto financeiro difícil enfrentado ao longo de todo ano, o Termo de Parceria 044/2018 completa 1 ano de execução garantindo ações e atividades importantes para as

localidades onde atua tanto em âmbito local nos Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos como em âmbito municipal nos Programa CEAPA e PRESP.

Por fim, registramos aqui o esforço de mais de 800 profissionais envolvidos na execução dessa Política dentre colaboradores e estagiários da OSCIP, oficineiros e servidores da Subsecretaria de Políticas de Prevenção à Criminalidade da SESP.

5 - COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:53:50 do dia 30/11/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/05/2019.

Código de controle da certidão: **D907.3001.A0E0.4D72**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07514913/0001-75
Razão Social: INSTITUTO ELO
Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG / 30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/11/2018 a 23/12/2018

Certificação Número: 2018112403110236749017

Informação obtida em 07/12/2018, às 10:50:46.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 07.514.913/0001-75

Certidão nº: 160641354/2018

Expedição: 19/10/2018, às 08:56:17

Validade: 16/04/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

C e r t i f i c a - s e q u e **I N S T I T U T O E L O**
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
07.514.913/0001-75, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

		SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS	
CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa		CERTIDÃO EMITIDA EM: 12/11/2018	
		CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 10/02/2019	
NOME: INSTITUTO ELO			
CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75			
LOGRADOURO: RUA JUIZ DE FORA		NÚMERO:	
COMPLEMENTO:	BAIRRO: BARRO PRETO	CEP: 30180060	
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE	UF: MG	
<p>Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:</p> <p>1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;</p> <p>2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.</p> <p>Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.</p>			
IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO	
<p>A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.</p>			
CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2018000300760993			



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

Certidão de Débitos nº: **10.744.849/2018**
Emitida em: **07/12/2018** requerida às **10:55:35**

Número de Controle: **ABEKMIKMIQ**
Validade: **06/01/2019**

Nome: **INSTITUTO ELO**
CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quite com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Preços inscritos ou não em dívida ativa.

CERTIDÃO GRATUITA - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

A autenticidade desta certidão deve ser verificada em:
<http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

Esta Certidão só terá validade quando confirmada a sua autenticidade na Internet no endereço:
<http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OSCIP

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Avaliação, por representantes da Secretaria de Estado de Segurança Pública ou representantes dos órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 13 de Dezembro de 2018.

Gleiber Gomes de Oliveira
Diretor-Presidente
Instituto Elo

DECLARAÇÃO DO SUPERVISOR DO TERMO DE PARCERIA

Declaro ter supervisionado as ações realizadas pelo(a) Instituto Elo neste período avaliatório e realizado a conferência:

- Dos dados apresentados neste Relatório Gerencial de Resultados;
- Das fontes de comprovação dos indicadores e produtos.

Diante das informações assim obtidas, ratifico e atesto a fidedignidade das informações contidas neste relatório.

Belo Horizonte, ____ de _____ de _____.

Gleysiane Freire Diniz
Supervisora do Termo de Parceria